

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA

DAVID CARLOS DANTAS ROCHA

FUTEBOL E DITADURA CIVIL-MILITAR:

um estudo das políticas de integração nacional e o uso do futebol durante o governo Médici
(1969-1974) pela óptica do Correio da Manhã.

São Luís
2024

DAVID CARLOS DANTAS ROCHA

FUTEBOL E DITADURA CIVIL-MILITAR: um estudo das políticas de integração nacional e o uso do futebol durante o governo Médici (1969-1974) pela óptica do Correio da Manhã.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador(a): Prof. Lidiane Elizabete Friderichs

São Luís
2024

Rocha, David Carlos Dantas.

Futebol e ditadura civil-militar : um estudo das políticas de integração nacional e o uso do futebol durante o governo Médici (1969-1974) pela óptica do Correio da Manhã / David Carlos Dantas Rocha. – São Luís, 2024.

88 f. : il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs.

1. Ditadura. 2. Integração. 3. Futebol. 4. Correio da Manhã. I. Título.

CDU 796.332:94(812.1).088

Elaborada por Lausa Sousa Barros - CRB 13/657

DAVID CARLOS DANTAS ROCHA

FUTEBOL E DITADURA CIVIL-MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão
para obtenção do grau de Licenciatura
em História.

Aprovado em: 16/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs (Orientadora)

Doutora em História Contemporânea
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão

Doutora em História Contemporânea
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. Me. Leonardo Leal Chaves

Mestre em História Contemporânea
Universidade de Coimbra

A minha família, em especial a minha amada mãe, que tanto lutou por esse momento, e meus amigos por terem acreditado em mim e meu potencial

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, em especial a Sandra Karla, minha progenitora, que lutou e trabalhou muito para que eu pudesse focar nos meus estudos, permitindo-me concluir o ensino médio e, finalmente, o ensino superior. A Maria da Conceição, minha avó, também me ensinou o caminho da educação e foi um suporte em alguns momentos para minha mãe durante minha criação.

Ao meu padrasto, Nadson, que mesmo indiretamente, me faz ser apaixonado por futebol e torcedor do Sampaio Corrêa. Essa mesma paixão me trouxe para o tema abordado nesta monografia. Meu irmão, Matheus, com quem divido meu tempo livre para falar e assistir futebol, e Kamyly Yasmin e Antony Gabriel, que me acompanham nos jogos do meu time de coração (mesmo que minha irmã não entenda nada).

Aos meus professores, que em maior ou menor grau, me mostraram como o ensino pode alterar nossa realidade e tornar possível a oportunidade de ir além. Em especial, ao Professor Luiz Cláudio, que me influenciou e inspirou a ser professor, despertando meu amor pela história. A vida pode mudar por meio da escola e do ensino, mas é necessário um privilégio que poucos têm, e com muito sofrimento, eu tive.

Aos meus amigos, primeiramente a Ceila Freitas, fiel companheira e amiga que sempre foi um alento nas dificuldades, e a Jean Pedro, com quem sempre pude me abrir e conversar, e que me acolheu nos momentos em que duvidei de minha capacidade. Ambos foram meus pilares iniciais, estiveram comigo desde o começo, lembrando e acreditando em minha pessoa e meu potencial, apoiando-me nos momentos de fraqueza e felizes com todo o progresso que alcancei.

Lorena Lima e Mariana Gomes, amigas que conheci na minha caminhada acadêmica, também contribuíram muito para minha vida pessoal. As aulas, intervalos e idas ao centro se tornaram marcantes e inesquecíveis.

Também a Maurício Garcez, que foi uma grande companhia e amigo durante o período de aulas online, e a Anderson Moraes, amigo com quem pude compartilhar momentos divertidos e sem noção, animando muito minha reta final de curso.

A professora Lidiane que foi essencial nessa monografia, pela sua disponibilidade e comprometimento, sendo muito importante para que esse trabalho torna-se real, além de ser um farol em momentos de ideias amontoadas ou mesmo na falta delas.

Cada pessoa, seja da família, professores ou amigos, desempenhou um papel importante em minha história pessoal e acadêmica. A todos eles, dedico meu trabalho de

conclusão de curso.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar o uso do futebol para a integração nacional no governo Médici, entre 1969 e 1974, bem como a análise feita pelo Correio da Manhã. A proposta deste trabalho surge da necessidade de estudos que visem observar como o futebol esteve sob a mira dos militares, especialmente os clubes de futebol. Existem poucos trabalhos nessa área, ainda mais com o enfoque a partir de um jornal, o que também é bastante escasso. O objetivo principal é analisar a ditadura civil-militar brasileira, com foco no governo de Emílio Garrastazu Médici, e como o futebol foi utilizado pelos militares visando à Integração Nacional. A visão apresentada pelo jornal Correio da Manhã sobre os acontecimentos relacionados ao surgimento do Nacional e sua opinião sobre o campeonato também são abordadas. Os resultados desta pesquisa certificam que o projeto era bem estruturado e capaz de manipular os interesses da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e dos dirigentes esportivos, satisfazendo as principais forças do futebol. O jornal evidencia a intenção de utilizar o futebol como ferramenta para ganhos políticos e aprovação social.

Palavra-chave: Ditadura, Integração, Futebol e Correio da Manhã

ABSTRACT

This work aims to address the use of football for national integration during the Médici government, between 1969 and 1974, as well as the analysis carried out by *Correio da Manhã*. The proposal for this work arises from the need for studies that aim to observe how football was under the military's eye, especially football clubs. There are few works in this area, especially with a newspaper focus, which is also quite scarce. The main objective is to analyze the Brazilian civil-military dictatorship, focusing on the government of Emílio Garrastazu Médici, and how football was used by the military aiming at National Integration. The view presented by the newspaper *Correio da Manhã* on the events related to the emergence of Nacional and its opinion on the championship are also addressed. The results of this research certify that the project was well structured and capable of manipulating the interests of the Brazilian Sports Confederation (CBD) and sports directors, satisfying the main forces in football. The newspaper highlights the intention to use football as a tool for political gains and social approval.

Keyword: Dictatorship, Integration, Football and *Correio da Manhã*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. BRASIL, DITADURA E O FUTEBOL.....	16
2.1 Ditadura Civil-Militar.....	16
2.2 Breve história do futebol e seu uso na política.....	22
2.3 Propaganda e Integração Nacional.....	31
3. CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES: Antecedentes, Loteria Esportiva e início da integração pelo futebol.....	38
3.1 Antecedentes do CNC.....	38
3.2 Loteria Esportiva.....	45
3.3 Nasce o Campeonato Nacional de Clubes.....	48
4. O Nacional pela visão do Correio da Manhã.....	59
4.1 O Correio da Manhã e o uso do Jornais na pesquisa histórica.....	59
4.2 O Correio da Manhã e as suas vozes sobre o Campeonato Nacional.....	67
4.3 Regionalismo e os Campeonatos Estaduais.....	69
4.4 Profissionalização da administração dos clubes.....	72
4.5 Futebol como meio da Integração.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84

1. INTRODUÇÃO

O tema deste estudo abordará a ditadura civil-militar brasileira, com foco no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A política de Integração Nacional, orquestrada por ele, tinha como objetivo integrar e ocupar o espaço vital brasileiro, especialmente a Amazônia. Para alcançar esse objetivo, Médici utilizou vários meios, incluindo o futebol.

Como base para esta pesquisa, investigamos a bibliografia relacionada ao tema, tanto de forma isolada quanto interligada. Em um segundo momento, examinamos o periódico *Correio da Manhã* em busca de evidências sobre o assunto. Por fim, apresentamos os resultados dessa análise.

Este trabalho explora as políticas de integração nacional e o uso estratégico do futebol durante a administração de Médici. Também abordamos como a expansão do Campeonato Nacional foi projetada no cenário político, servindo como uma cortina de fumaça para encobrir o comportamento autoritário do regime. O Brasil estava sob uma ditadura que buscava legitimar-se e fortalecer sua imagem no mundo, e os palcos nacionais e internacionais desempenharam um papel crucial nesse contexto.

Por meio de análise histórica, revelamos como o futebol brasileiro, especialmente os clubes, foram utilizados para promover um sentimento de unidade nacional, alavancar objetivos políticos e exercer controle social. Além disso, o futebol desviou a atenção da repressão e das violações dos direitos humanos perpetradas pelo regime.

Deste modo, o objetivo central deste trabalho é analisar como o jornal fluminense *Correio da Manhã*, realizou a cobertura do Campeonato Nacional de Clubes entre os anos de 1970 a 1974, buscando entender como foram as ações do governo militar de Emílio Médici, em principal a integração nacional, utilizando-se do futebol de clubes como uma das áreas de ação de seu programa. As fontes para esse trabalho são as edições do jornal do *Correio da Manhã*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Um dos principais pontos que trago neste trabalho é como essa política era vista no dia a dia do jornal, que é conhecido pela sua oposição à ditadura, analisando suas opiniões acerca das ações e acontecimentos do campeonato nacional. Problematicamos como o jornal buscava transmitir a sua visão para o torcedor, ainda mais em um jornal que não tinha por foco, a crônica esportiva.

A motivação para este estudo parte da relevância do futebol na sociedade brasileira. Ele é parte indissociável de nossa realidade, sendo o esporte mais praticado no

mundo, apesar de não ser o mais popular em todos os países. Desde o nascimento até a velhice, o futebol está presente em nosso cotidiano. Mesmo quando não nos tornamos jogadores profissionais, desfrutamos das famosas “peladas” com amigos e familiares. O futebol também serve como parâmetro para entender outros esportes menos conhecidos, como o Rugby e o Basquete.

Não apenas como parte da vivência do brasileiro, o futebol tornou-se sua principal característica, símbolo e representação, tanto para si próprio quanto para o mundo. Como indicou Santos (2012, p.12): “O futebol faz parte das expressões culturais e passa a estar fortemente associado ao Brasil no momento de sua rápida popularização. Quando o futebol é mencionado, é possível relacioná-lo com as manifestações populares do país.”

O crescente interesse dos historiadores brasileiros pelo esporte britânico e pela pesquisa em jornais, reflete o entendimento de que o esporte está diretamente ligado à política, e os periódicos podem revelar, mesmo que de forma não explícita, os interesses de determinada época. Percorrer esse caminho, é desafiador e importante, especialmente porque os estudos reunidos nessas temáticas historiográficas ainda são escassos.

Os antecessores do esporte britânico surgiram em várias partes do mundo, em diferentes momentos e com inúmeras variações. O Tsu-Shu na China, o Kemari no Japão, o Epyskyros na Grécia, o Soule na França e o Calcio na Itália são exemplos dessas tradições (Santos, 2012).

O futebol moderno teve origem nas fábricas inglesas, inicialmente entre a aristocracia industrial em crescimento na época (Santos, 2012). Posteriormente, foi praticado pelos operários como forma de lazer e, mais tarde, como meio de controle social. Não demorou para que se popularizasse e alcançasse as camadas mais baixas da sociedade, sendo posteriormente regulamentado, primeiro nas escolas inglesas e depois por órgãos criados especificamente para esse fim.

A mesma velocidade com que o futebol se popularizou na Grã-Bretanha, aliado ao contexto de influência e controle britânico em praticamente todo o mundo, fez com que o esporte chegasse a todos os continentes, incluindo o Brasil. Aqui, apesar das tentativas de manter o caráter elitista do esporte, o futebol logo trilhou o caminho da popularidade.

No Brasil, a falta de unanimidade em relação ao “pai do futebol” e a possibilidade de que a prática do esporte seja anterior a volta de Charles Miller ao Brasil, pós estadia na Inglaterra:

Existem histórias sobre partidas disputadas nas praias e praças por volta do século XIX. Na época colonial, por volta do século XVIII, portugueses já jogavam um

esporte similar ao futebol. Marinheiros ingleses teriam disputado uma partida nas proximidades da residência da princesa Isabel, nas Laranjeiras; citações a cerca da prática esportiva por ingleses e franceses na América do Sul, no ano 1864. No interior de São Paulo, um padre teria ensinado o futebol aos alunos, e isso teria acontecido no ano de 1873 (Santos, 2012, p.27).

Os primeiros clubes começaram a surgir em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde o futebol se desenvolveu. Sendo o centro econômico e político nacional, essas cidades se tornaram as principais potências do futebol no Brasil. O esporte também se popularizou em várias camadas da sociedade e em toda a extensão do país, tanto no norte, quanto no sul.

Essa popularização proporcionou a negros e pobres uma oportunidade de ascender socialmente, o que gerou intensas discussões sobre profissionalização e inclusão de negros no esporte. Essas discussões persistiram até a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Buscando aprovação popular, Vargas profissionalizou o futebol e iniciou sua institucionalização:

A comissão demorou dois anos para finalizar seu trabalho, que deu origem ao Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabeleceu “as bases de organização dos desportos em todo o país” (BRASIL, 1941). Estava criado o Conselho Nacional de Desportos (CND) e, nas respectivas unidades federativas, os Conselhos Regionais de Desportos (CRD) (Ribeiro, 2021, p.177).

Após a era varguista, o futebol continuou a se desenvolver, com os campeonatos estaduais já consolidados. Surgiram também os primeiros torneios interestaduais ou regionais em várias partes do país, como o Torneio Rio-São Paulo.

A década de 1960 marcou o início do primeiro campeonato de abrangência nacional, denominado “Taça Brasil”. No entanto, com o golpe civil-militar ocorrido em 1964, o futebol brasileiro passou a ser alvo dos militares, afetando toda a sua estrutura, incluindo seleções e clubes.

Emílio Médici, o terceiro governante militar durante a ditadura, ficou conhecido por seu governo repressivo e violento. Além de combater a guerrilha armada, ele deu continuidade às políticas econômicas iniciadas por Costa e Silva. Paralelamente, Médici buscava construir uma imagem de político simples e popular, utilizando uma estratégia astuta de relações públicas (Skidmore, 1988).

Vale ressaltar que Vargas, também reconheceu no futebol uma oportunidade para alcançar seus objetivos políticos. A militarização da seleção brasileira de futebol foi uma das iniciativas desse período, embora não tenha atingido seu auge durante o governo de Médici,

a militarização da Seleção Brasileira, a militarização da CBD ou o uso político do futebol são dimensões de um mesmo projeto, a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional nos esportes, mas que possuem certo grau de independência entre si, tempos e pesos distintos de implementação. (Stédile, 2021, p.64)

Pela pressão da imprensa e de alguns dirigentes, principalmente os presidentes das federações de futebol e os políticos, a criação de um torneio nacional com a inclusão de mais clubes era uma necessidade. Nascendo com apoio estatal da Loteria Esportiva, surge o grande Campeonato Nacional de Clubes que se expande até a chegada de 94 clubes em 1979 (Santos, 2012).

Em meio a tudo isso, o jornal *Correio da Manhã*, um dos maiores jornais do país, enfrentava uma duríssima crise econômica. Sua forte oposição política, que marcou a trajetória do periódico em toda a sua existência, e que se manteria na ditadura, custaria anunciantes e iniciou a crise financeira do jornal (Assis, 2009).

Mesmo em crise, e com mudanças na direção, o *Correio da Manhã*, cobriria o nascente Campeonato Nacional e também nos esportes, manteria o seu oposicionismo. A favor das melhorias do futebol e contra os famosos dirigentes, até mesmo da CBD.

Assim, o futebol e a política sempre estiveram próximos e em contato, entretanto sua relação ia muito além da seleção brasileira, chegando com certa profundidade nas equipes de futebol. A junção desses fatores, levou a políticos e dirigentes a se movimentarem de toda forma garantido a representação de todos os Estados no Nacional e que em certos momentos, isso ia além de um simples jogo político.

Desta forma, esse estudo terá como propósito, apresentar os antecedentes que cercaram o futebol brasileiro e seu desenvolvimento até a criação do Campeonato Nacional de Clubes. Também analisaremos brevemente o contexto político brasileiro da ditadura civil-militar, com enfoque no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a política de integração nacional e a propaganda deste governo que culminaria na Loteria Esportiva e na intervenção do futebol. Por fim, esse trabalho analisará como o *Correio da Manhã* apresentava esses fatos e qual a sua posição ao desenvolvimento do torneio, além de buscar as nuances que poderiam estar escondidas e subentendidas neste periódico, demonstrando certas peculiaridades que todo esse contexto poderia proporcionar.

Esse TCC está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo abordaremos a ditadura civil-militar, em específico o governo Médici e como ele se utilizou de forma extensiva da propaganda política em seu plano de integração nacional. Nesse primeiro capítulo, abordaremos também alguns aspectos da história do futebol no mundo.

No segundo capítulo, desenvolvemos de forma breve, a história do futebol no Brasil, os antecedentes em torno do surgimento do Campeonato Nacional de Clubes, e a importância de João Havelange e da Loteria Esportiva em meio a esse processo, além do desenvolvimento do nacional durante o período de 1971 a 1973.

No terceiro capítulo, abordarei o resultado das análises do periódico *Correio da Manhã*, entre os anos de 1970 a 1974, destacando a visão e opinião que os colunistas tinham de todos os acontecimentos que ocorriam em campo e nos bastidores do futebol nacional.

2. BRASIL, DITADURA E O FUTEBOL

2.1 Ditadura Civil-Militar

A Ditadura Civil-Militar, marcadamente conhecida como um dos regimes mais repressivos da história brasileira, durou 21 anos, iniciada em 1964 e terminada em 1985, teve como características centrais a suspensão de direitos civis, repressão política, censura à imprensa, perseguição a opositores e controle militar sobre o governo. A ditadura está inserida dentro de um contexto de Guerra Fria, em que os Estados Unidos apoiaram a contenção do comunismo na América Latina e forneceram apoio logístico e financeiro a vários regimes militares, por meio da operação *Brother Sam*, que é descrita por Faria (2018):

estava sendo planejada há algum tempo pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil: Lincoln Gordon. Ela surgiu do Plano de Contingência nº2-61, que foi um plano mais amplo para a derrubada de Goulart, e mais tarde acabou ganhando uma força-tarefa naval que ganhou o nome de Brother Sam (Faria, 2018, p.56).

O regime ditatorial brasileiro é caracterizado pelo autoritarismo, com a abolição das eleições diretas e implementação das eleições indiretas através de um colégio eleitoral controlado pelo governo. Emissão de diversos atos institucionais que suspendiam direitos estabelecidos pela Constituição, sendo o mais conhecido o Ato Institucional nº 5 promulgado em 1968 em que permitia o fechamento do Congresso, cassação de mandatos e retirada de direitos civis. Outra característica bastante evidente da ditadura é a repressão a qualquer forma de oposição, utilizando-se das prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos, seja de opositores, jornalistas, intelectuais e militantes políticos.

No campo econômico, houve o “Milagre Econômico” que teve como características o rápido crescimento econômico e modernização industrial, financiado por investimentos estrangeiros e empréstimos internacionais, o qual teve seu esgotamento causado pela crise do petróleo de 1973, levando a uma dívida externa crescente e uma profunda crise econômica na década de 1980, marcada por inflação alta, desemprego e estagnação econômica. A censura apreendida pelos militares atingiu de forma impactante à imprensa, à música, ao teatro e ao cinema, mas ao mesmo tempo, provocou um movimento de resistência cultural. Artistas, músicos e intelectuais desenvolveram formas criativas de criticar o regime, exemplos da Tropicália e o Cinema Novo.

Diante de um momento de turbulência que a política brasileira vivia, e com as seguintes tentativas de golpe que eram orquestradas pelos militares junto da classe política mais conservadora, a exemplo da UDN de Carlos Lacerda, João Goulart, conhecido como

“Jango”, assumiria o poder. Depois de assumir o cargo de presidente, após longas negociações, foi formado um sistema parlamentar de governo, aprovado pelo Congresso em caráter emergencial, entretanto o sistema presidencialista é restaurado por referendo em 1963.

Seu governo é marcado pela tentativa de iniciar as Reformas de Base, com proposta de distribuição de terras improdutivas para os camponeses, regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, ampliação do acesso à educação e mudanças na estrutura tributária e no sistema financeiro para aumentar a arrecadação e o controle do capital. Estas reformas se baseavam na situação do país, seja pela educação e saúde precária e deficitária, seja pela alta inflação, déficits fiscais e crises na balança de pagamentos. O que leva Jango a adotar medidas de controle de preços e salários, além de buscar investimentos estrangeiros e empréstimos internacionais.

Outras ações marcantes e decisivas que contribuíram para aumentar a crise política da época, foi o não alinhamento automático com os Estados Unidos, buscando diversificar as relações internacionais do Brasil, e o forte apoio que Goulart tinha dos sindicatos e das classes trabalhadoras.

O governo de Goulart enfrentou forte oposição de setores conservadores, empresários, militares e da Igreja Católica. As reformas propostas por ele foram vistas como ameaças ao status quo e ao poder estabelecido. Havia um medo generalizado de uma possível guinada socialista ou comunista no Brasil que vinha sendo temida e parecia se concretizar pelas mãos de Jango.

A consumação do golpe veio no dia 2 de Abril, com a suposta “vacância” da presidência da República. O governo militar é iniciado pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército, conhecido por ser uma figura calada, reservada, que participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália em 1944-45.

O golpe civil-militar foi pautado dentro da Doutrina de Segurança Nacional¹, gestado pela Escola Superior de Guerra (ESG), além de ter o apoio americano por meio da Operação *Brother Sam*. O governo Castelo Branco (1964-1967), marca o início de uma série de ditadores militares que governaram o país. Esse iniciou a estruturação do regime militar com a promulgação de atos institucionais que ampliaram os poderes do Executivo e restringem as liberdades civis. A exemplo do Ato Institucional nº 1 (AI-1), que a princípio não apresentava numeração, visto que não era planejado a necessidade ou continuidade de outros atos para “encorpar” o regime, este ato instaura a cassação e suspensão dos direitos

¹ Concepção de defesa nacional, em que os militares brasileiros acreditavam lidar com um “inimigo interno” ou “subversivo”

políticos. Vermeersch (2008) demonstra que em,

09.04.1964, o general Arthur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello, e o vice almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, membros da Junta Militar, assinaram o primeiro Ato Institucional, redigido por Francisco Campos. Com onze artigos, esse Ato, sem número, previa expurgos na corporação das Forças Armadas e na burocracia estatal, a cassação dos direitos políticos de mais de cem pessoas (dentre elas, o ex-presidente João Goulart, o ex-ministro Darcy Ribeiro, o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola). O Ato tinha validade legal curta, até 15.03.1967, fim do mandato de Castelo Branco (Vermeersch, 2008, p. 584).

Durante o seu governo, houve repressão política, censura à imprensa e perseguição a opositores. A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) é um dos exemplos dessas ações para monitorar e controlar atividades subversivas como também:

da necessidade urgente de neutralizar o jogo político-partidário, tanto no âmbito eleitoral quanto da atuação do Congresso Nacional, e de elaborar um sistema de controle e repressão social via coerção - o que justifica o inevitável insulamento burocrático, fundamental para atingir os objetivos propostos - torna-se imprescindível a elaboração de uma estrutura civil-militar fundamentada em ampliada capacidade de informação (Oliveira, 2012, p.40).

Ainda durante seu governo Castelo Branco instaura o Ato Institucional nº 2 (AI-2) por volta de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos existentes e instaurou o sistema de bipartidarismo, com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que seria o partido do governo e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como uma oposição consentida. Esta decisão se pauta na crença de muitas figuras militares que a raiz da crise política do Brasil reside no seu sistema multipartidário, em que os políticos têm alianças instáveis e agem para obter ganhos pessoais à custa do bem público (Skidmore, 1988).

No campo econômico, Castelo Branco introduz várias medidas de austeridade e reformas estruturais para controlar a inflação e promover o crescimento econômico, como o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que visava estabilizar a economia. O controle de gastos públicos e a restrição ao crédito foram adotadas para combater a inflação, o incentivo aos investimentos estrangeiros e a modernização da infraestrutura, especialmente em setores como energia e transporte.

Outra ação do governo Castelo Branco é o alinhamento da política externa brasileira com os Estados Unidos, buscando estreitar laços com o governo norte-americano durante a Guerra Fria. O Brasil aderiu a várias iniciativas dos EUA na América Latina, como a Aliança para o Progresso² e também lançou as bases para o período mais repressivo que se seguiu, com a intensificação da censura, repressão e autoritarismo nos governos subsequentes.

² Programa cooperativo que visava o desenvolvimento econômico e combate ao socialismo

Após o término de seu governo, assume o General Artur de Costa e Silva (1967-1969), marcadamente conhecido como um militar da “linha dura”³, este grupo “estava particularmente voltados para o uso da força e da coerção no intuito de garantir o regime e neutralizar ou derrotar a oposição.” (Koonings, 2010, p.17).

O seu governo é lembrado pela promulgação de uma nova Constituição, que ocorreu no ano de 1967, a qual consolidou muitas das mudanças institucionais promovidas pelo regime militar e fortaleceu o poder do Executivo. Além de promulgar o Ato Institucional nº 5 (AI-5), no ano de 1968, esse ato “suprimiu definitivamente, por vinte anos, as liberdades civis mais básicas no Brasil” (Vermeersch, 2008, p. 588), e vem como uma resposta direta ao aumento das manifestações contrárias à ditadura.

O AI-5 deu poderes praticamente ilimitados ao presidente, permitindo a suspensão de direitos políticos, a intervenção nos estados e municípios, e a censura à imprensa, marcando o início do período mais repressivo da ditadura civil-militar, reprimido a opositores, movimentos estudantis, sindicatos e intelectuais e controlando de forma rigorosa a mídia, artes e manifestações culturais.

Apesar de todo clima de repressão que circundava a sociedade brasileira, a economia começou a mostrar sinais de crescimento durante o governo Costa e Silva, preparando o terreno para o "Milagre Econômico" dos anos 1970. Por base em uma política de investimento em infraestrutura, com projetos como a construção de rodovias e a expansão do setor energético, visando modernizar o país e fomentar o desenvolvimento econômico.

Assim como seu antecessor, Costa e Silva manteve o alinhamento com os Estados Unidos e a política de combate ao comunismo, participando ativamente em ações de segurança hemisférica no contexto da Guerra Fria e apoio a regimes anticomunistas na América Latina, colaborando em ações de inteligência e segurança. Porém, no meio de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral que o incapacitou de continuar no cargo.

Em razão de sua condição, uma junta militar, estabelece um acordo com o novo projeto, o ministério militar está autorizado a substituir temporariamente o presidente (Skidmore, 1988). Entretanto, antes de seu afastamento, foi sancionada a Emenda Constitucional nº 1 em 1969, que praticamente transformou a Constituição de 1967 em uma carta autoritária, ampliando ainda mais os poderes do regime militar.

A junta militar comanda o governo até as eleições indiretas que elegem Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que será o governo analisado por meio desse trabalho. O governo de Médici foi marcado por uma centralização do poder e um aumento da repressão

³ Grupo conhecido pelas posições mais radicais dentro da cúpula militar

política, com atividades intensificadas de órgãos de segurança como DOI-CODI e DOPS, que praticavam monitoramento, perseguição, prisão, tortura e assassinato de opositores.

A censura foi expandida para várias formas de expressão cultural e o governo promoveu de forma exponencial a propaganda por vários meios, principalmente a rádio e televisão, que vinha ganhando as casas brasileiras, essa censura e propaganda tinha por objetivo, melhorar sua imagem para a sociedade e internacionalmente.

Economicamente, houve um crescimento rápido, impulsionado por investimentos estrangeiros e grandes projetos de infraestrutura como a Transamazônica, que ficou caracterizado como o “Milagre Econômico”. No entanto, a desigualdade social aumentou. Na política externa, o governo manteve alinhamento com os EUA no combate ao comunismo e buscou atrair investimentos estrangeiros, expandindo as exportações e fortalecendo laços comerciais internacionais.

Assim, ao fim do seu governo, quem assume o comando é o General Ernesto Geisel (1974-1979), sem a aprovação do seu antecessor e conhecido por ser do grupo moderado de militares. O período em que esteve à frente da presidência é conhecido pela tentativa de implementar uma abertura política gradual e controlada, chamada de "distensão" (Duarte, 2011). Este processo que ficou conhecido como uma "abertura lenta, gradual e segura", buscava uma transição controlada do regime militar para um governo mais democrático. Com essa busca, acabou gerando respostas das facções da linha dura que demonstraram resistência:

os primeiros meses do governo Geisel os linhas-duras deram mostras de que ainda controlavam o aparato de repressão e o estavam usando para enfraquecer os esforços visando à liberalização. Um incidente no Nordeste foi bem ilustrativo. Dois dias antes da posse de Geisel, o comando do Quarto Exército, com sede em Recife, prendeu Carlos Garcia, respeitado jornalista que chefiava a sucursal de O Estado de S. Paulo na capital pernambucana. Após ser submetido a interrogatório e tortura, Garcia foi libertado. Os donos de O Estado, arquiinimigos e ferrenhos críticos do regime militar, protestaram vigorosamente contra os maus-tratos sofridos por seu repórter, contra o qual não foram feitas acusações públicas. O incidente pareceu bem escolhido para dar ao governo Geisel, recém-iniciado, a pior publicidade possível (Skidmore, 1988, p. 329).

Da mesma forma que também recebia pressão dos grupos civis, principalmente de oposição, seja políticos do MDB e grupos de esquerda, como sindicalistas que o pressionaram por uma maior rapidez nesse processo de redemocratização.

Mesmo que Geisel tenha iniciado a abertura política, seu governo ainda esteve marcado por episódios de repressão, como os casos de “assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho, respectivamente em outubro de 1975 e janeiro de

1976, nas dependências do DOI CODI de São Paulo.” (Fagundes, 2018, p.110).

Na Economia, seu governo teve que lidar com a crise do petróleo de 1973, que impactou negativamente a economia brasileira. A alta nos preços do petróleo elevou os custos de produção e contribuiu para a inflação. Geisel implementou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como meta, a redução da dependência de petróleo estrangeiro, buscava fomentar a indústria pesada e promover grandes projetos de infraestrutura, como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Também adotou uma política externa de maior independência, buscando diversificar as relações diplomáticas e comerciais do Brasil. Ele estreitou laços com países da Europa e da África e reconheceu a independência de Angola, e, por consequência, acabou por romper com a política de alinhamento praticamente automático com os americanos.

O último governo militar foi o de João Figueiredo (1979-1985), último presidente militar do Brasil. Seu mandato é demarcado pela continuidade do processo de abertura política e pela transição gradual do regime militar para a democracia. Ainda no governo Geisel foi promulgada a Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso em agosto de 1979 (Skidmore 1988). Perdoava os crimes políticos cometidos tanto por opositores do regime quanto por agentes do Estado, o que permitiu o retorno de exilados e a libertação de presos políticos, porém houve também críticas por não responsabilizar torturadores e outros violadores dos direitos humanos.

No mesmo ano de 1979, foi aprovada a reforma partidária que extinguiu o sistema de bipartidarismo, desta forma a criação de novos partidos políticos foi permitida. O que leva a uma explosão de várias novas legendas, algumas que existem até hoje na política brasileira. No ano de 1982, convoca as primeiras eleições diretas para governadores desde o início da ditadura, marcando um passo importante na devolução de poder ao voto popular.

Figueiredo teve que enfrentar uma situação econômica difícil, herdando problemas dos últimos governos que se estendiam desde o fim do “Milagre Econômico”, passando por uma grave crise da dívida externa, exacerbada pela alta dos juros internacionais e pela recessão global.

O país teve que renegociar sua dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que teve por consequência a tomada de uma política de austeridade que gerou grande descontentamento popular, resultando em uma estagnação e aumento do desemprego, além de uma inflação persistente que corroía o poder de compra da população.

Diante de todo esse quadro de crise, Figueiredo ainda precisou lidar com a crescente pressão popular e movimentos sociais que apareciam e pedia não apenas o fim da

ditadura, como direito a voto e outras liberdades individuais e coletivas. Primeiramente com o fortalecimento dos sindicatos, especialmente o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC:

A liderança dos metalúrgicos do ABC (os três principais subúrbios industriais paulistas de Santo André, São Bernardo e São Caetano) estava determinada a um novo teste. Liderada por Lula, convocou uma greve dos seus 160.000 membros em meados de março de 1979 após terem os empregadores rejeitado suas reivindicações. Eles pediam um aumento salarial de 78 por cento, muito acima da inflação oficial do ano anterior, de cerca de 45 por cento. Pediam também reconhecimento legal dos representantes sindicais não oficiais que haviam surgido para concorrer com os pelegos sindicais (Skidmore, 1988, p.414).

Também houve o crescimento de outros movimentos sociais, como os movimentos de trabalhadores e dos direitos humanos. Outro momento de grande importância que envolvia a participação popular é as “Diretas Já” que ocorreram em 1984 e que exigia eleições diretas para presidente. Embora a Emenda Dante de Oliveira tenha sido rejeitada pelo Congresso, por não atingir os números de votos suficientes, foi crucial para pressionar os militares pela redemocratização. Sendo assim, as últimas eleições indiretas ocorreram em 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, marcando o fim oficial da ditadura civil-militar.

Sua eleição representou a vitória da oposição e a consolidação da transição democrática. Porém, esse faleceu antes de tomar posse, o que leva a responsabilidade de ser o primeiro presidente civil depois de 21 anos, a José Sarney, que ficaria responsável pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e conseqüentemente a promulgação da Constituição de 1988, consagrando a redemocratização do Brasil.

Desta forma, o regime militar deixou um legado complexo na história e sociedade brasileira, modernizando a infraestrutura do país e promovendo o crescimento industrial, mas também gerou graves violações de direitos humanos e uma dívida externa massiva.

2.2 Breve história do futebol e seu uso na política

A argumentação redigida anteriormente apresentava alguns pontos do regime civil-militar brasileiro, resumindo seus antecedentes e também os principais acontecimentos de cada governo e suas principais ações. No governo Médici, período em que esse trabalho se detém, houve o uso extensivo da propaganda como forma de garantir uma boa imagem perante a opinião pública internacional e da sociedade brasileira.

Uma das formas de propagar essa imagem, foi o futebol, visto pelo seu potencial integrador, capaz “de resolver simbolicamente as desigualdades econômicas habituais, sendo,

por tal motivo, o modo pelo qual uma parcela significativa dos brasileiros de todas as classes quebra a hierarquia cotidiana.” (Guterman, 2004, p.268). Entretanto, o uso de futebol pelas classes consideradas de elite ou até mesmo do Estado, remete há tempos anteriores ao surgimento do futebol moderno.

Não existe um registro exato de onde o futebol começou a ser praticado de forma definitiva, e assim como o esporte hoje ganha a peculiaridade de cada localidade, não apenas se integrando mas ganhando suas características, acredita-se que nesse início não seria diferente. “O esporte praticado era vinculado às características culturais de cada região e, no início, cada região tinha a sua regra específica, utilizando a mão ou não no auxílio a condução da bola.” (Santos, 2015, p.12).

A prática do antecessor do futebol era jogado em várias localidades, nas mais diferentes civilizações. “Italianos, romanos, chineses, japoneses, gregos, e tantos outros fizeram deste objeto esférico peça de rituais, de confrontos, de diversão, todos eles a sua maneira.” (Santos, 2015, p.12).

Em todos estes grupos, o esporte tinha alguma função diretamente ligada ao social, na China, em que o esporte recebia o nome de “Tsu-Shu”, foi criado como forma de treinamento de combate para a guerra (Santos, 2015), e o seu “primo” de nome “Kemari” que se praticava no Japão, tinha sua prática delimitada a nobreza por volta do Século VIII. Quando houve a sua popularização, as distinções sociais foram eventualmente substituídas por hierarquias baseadas em habilidades, já que o jogo começou com jogadores com níveis ou habilidades mais elevados (Santos, 2015).

Na Europa, os antecessores mais conhecidos foram o “Soulé”, que é uma evolução de outros dois esportes que utilizava-se de uma bola, por volta do Século I a.C. Sem uma regra definida e muito violento, “a crescente violência do esporte faz com que Reis interfiram, em diversos momentos da história, de modo a proibir o jogo.” (Santos, 2015 p.14). Já na Itália, surge um dos antecessores do futebol a qual mantém a sua influência até hoje, que é Calcio, que também é nome do futebol em italiano, e que como aborda Santos (2015, p.15):

Esse jogo foi disputado por conta de uma rixa que envolvia problemas políticos e militares com o príncipe de Orange, quando Florença estava sitiada por tropas, em 1529. Duas facções políticas decidiram resolver seus problemas numa partida de futebol, na Piazza de Santa Croce. O jogo possuía um total de 27 jogadores, com uniformes diferenciando uma equipe da outra, e já havia a divisão por posições no campo como: corridori (atacante), sconciatori (médios), datori innanzi (médios recuados ou zagueiros avançados), datori addietro (zagueiros recuados). A violência imperava onde socos, pontapés e mordidas valiam e era disputado ao longo de algumas horas. Como a violência era uma das marcas características as regras foram estabelecidas por Giovanni di Bardi, em 1580, passando a ser arbitrado por dez juizes, e pontapés e trancos passaram ser considerados como faltas.

A bola podia ser impulsada com os pés ou as mãos, e precisava ser chutada numa barraca armada no fundo de cada campo. O esporte se espalhou rapidamente por todo país, e hoje é uma festa anual em várias cidades da Itália.

Ao meio de tudo isso, o mundo se transforma, e a influência e popularização do futebol no mundo ocorre pelas mãos do Império Britânico, que aumenta a seu domínio e presença a partir da Revolução Industrial, ”para dominar e influenciar o mundo, não somente o investimento de capitais era necessário, mas também trazer consigo seus costumes.” (Santos, 2015, p.16). Então a partir disso a disseminação do “*Football*” começa a acontecer em todo o mundo durante o fim do século XIX e início do XX, principalmente em países europeus e de grande influência e presença inglesa.

O futebol moderno, com muita das regras que conhecemos atualmente, nasceu dentro das elites britânicas, partindo de uma cisão de regras que geraria não apenas o esporte bretão como o Rugby, diante de sua popularização, motivada pela sua facilidade e praticidade, sendo apenas necessário uma bola e um pequeno gol, às vezes apenas uma bola. Passou a ser utilizado também como um processo que almejava civilizar as camadas mais pobres, principalmente da classe trabalhadora, “pois uniformizava uma prática esportiva, que fazia parte do cotidiano das elites e das classes populares” (Ribeiro, 2021, p.34).

Com a sua popularização, algumas questões começam a ser tratadas por essa elite, que viu nesse esporte, mais uma oportunidade de exercer o seu controle e domínio diante das classes subalternas, principalmente da classe trabalhadora que com a expansão da Revolução Industrial, vai crescendo e se amontoando nas grandes cidades.

Ao ser praticado pelas classes pobres, o futebol tornou-se não somente um entretenimento, mas também uma importante ferramenta de controle sobre elas por parte do Estado. Ao mesmo tempo que se constituía como um espaço de participação em uma atividade social, dirigida por regras e valores comuns a toda a sociedade, o futebol só poderia ser disputado em determinados lugares, onde as classes populares tinham pouco espaço para contestar as regras e, sobretudo, a organização dos campeonatos e dos clubes, administrados pela elite (Ribeiro, 2021, p.34).

Assim, na Inglaterra acaba surgindo a necessidade de tornar esse esporte mais regulamentado, muito pela popularização e a falha na sua repressão, assim o Estado começa a estabelecer as regras que diminuíssem a violência do jogo e também estabelece limites básicos, para facilitar a administração deste esporte que crescia de forma exponencial. Surgia a Football Association (FA)⁴, em 1863 e a International Board em 1896, que se responsabilizaria pela normalização e alteração destas quando necessária e que também

⁴ Sendo a federação de futebol mais antiga do mundo, é responsável por regulamentar o esporte na Inglaterra, como as regras e os torneios, exceto a primeira divisão inglesa, organizada por uma corporação comandada pelos vinte clubes participantes dessa divisão.

estaria a frente do processo de profissionalização (Santos, 2015), e que permite o futebol finalmente se tornar um esporte de massas.

No Brasil, normalmente a alcunha de “pai do futebol” é entregue a Charles Miller, ele que era filho de uma família bem abastada, de pai escocês e mãe brasileira com descendência inglesa. Aos nove anos, partiu para Southampton, na Inglaterra, para completar seus estudos; após 10 anos, em 1894, retornou com materiais esportivos, um livro de regras e a vontade de disseminar o esporte bretão. Segundo Santos (2015, p.28):

Miller tinha ciência do pouquíssimo conhecimento a cerca das regras de futebol e passou a empenhar-se através da promoção de partidas na capital paulista, formação de times, fundação de clubes, passando a ser visto como o precursor da modalidade no Brasil.

Aqui se vale uma menção que o mérito do pioneirismo é muito discutido dentro da historiografia, pois o hábito da elite de enviar seus filhos para estudo não se repetia apenas em São Paulo, mas em todo o país. No caso maranhense, o futebol foi introduzido na figura de Joaquim Moreira Alves dos Santos, conhecido como Nhozinho Santos, filho de uma família de industriais, foi responsável não apenas por trazer o futebol, como também o automóvel à capital maranhense. De acordo com Vaz:

Nhozinho Santos, ao regressar da Inglaterra em 1905 - onde fora estudar para técnico em indústria têxtil, na cidade de Liverpool -, tornara-se um ardoso praticante do "foot ball", e não se esquece de trazer em sua bagagem os apetrechos necessários à prática desse esporte: chuteiras, apitos, bolas, etc., como também para outras atividades esportivas, como o "croket", "cricket", tênis. (2000, p.6)

Nas primeiras décadas do século XX, o futebol era uma prática esportiva realizada pelas elites, nos clubes frequentados por pessoas do mesmo círculo social (Ribeiro, 2021). O que também pode ser demonstrado como um espelho dos ideais sociais do período, de um país recém proclamado a república, e que ansiava por uma modernização, mas mantendo ideias racistas. o futebol era, assim, um esporte apenas relacionado a elite, utilizado como uma forma de diferenciação das elites com os demais grupos sociais, desta forma o esporte era amador, e manteria a persistência do amadorismo como predominante até meados da década de 1930.

O futebol em terras brasileiras passa por inúmeras mudanças, que altera o quadro de como o esporte bretão passa a ser visto e praticado:

Mas, assim como ocorreu em outros lugares do mundo, o futebol tornou-se um esporte cada vez mais popular no Brasil. As partidas passaram a aglomerar um número cada vez maior de torcedores. Os clubes de futebol, ainda eram um espaço das elites, mas gradativamente, os 35 estádios passaram a ser frequentados pelas camadas populares. No início do século XX, surgiram os primeiros campeonatos

estaduais, estimulando a formação de times permanentes pelos clubes. Desta forma, surgiu a discussão sobre a necessidade de profissionalização do esporte (Ribeiro, 2021, p.34-35).

Muitos dos clubes que hoje são conhecidos Brasil afora, surgem nesse período em várias regiões do país, como o Fluminense Football Club (1902), o Bangu Athletic Club (1904) do Rio de Janeiro, em São Paulo surge o Associação Athletica Ponte Preta (1900), que briga com o clube gaúcho Sport Club Rio Grande (1900) pelo título de clube de futebol mais antigo do Brasil, pois os primeiros clubes nascem como clubes sociais em que não se praticava apenas o futebol:

Não era somente o futebol que despertava o interesse dos jovens das elites, mas sim toda forma de atividade física que pudesse valorizar os ideais da burguesia, que enxergavam nisso uma forma de superioridade. O boxe, críquete, rugby, além das atividades náuticas, que originaram os clubes de regatas no Rio de Janeiro e clubes situados na beira do Rio Tietê em São Paulo (Oliveira, 2012, p.172).

No estado do Maranhão, o primeiro clube fundado é o Fabril Athletic Club (1907) que foi fundado por Nhozinho Santos, porém o mais antigo em atividade foi a Associação Sampaio Corrêa Futebol Clube (1923)⁵. O que demonstra o quanto esse esporte tinha a capacidade de se adentrar em diversas localidades, superando as barreiras geográficas, mesmo em um país de dimensões continentais, o que também seria uma problemática futura.

Diante deste crescimento, a questão da possível profissionalização ou a manutenção do amadorismo torna-se a grande pauta, como também a própria questão racial que se entrelaça ao futebol. Com massificação do esporte, os clubes de futebol, principalmente suburbanos, começam a “contratar” jogadores negros e pobres para o seu elenco, levando os clubes a melhorar seu desempenho e aumentar a competitividade dos torneios (Santos, 2015). Buscando evitar, de toda forma possível, a entrada da população pobre, os clubes se utilizavam de todos os artifícios. Um dos principais era pelos estatutos e seus conselheiros, “normalmente em seus estatutos, existiam regras claras que não permitiam a entrada de trabalhadores braçais, pois não possuíam adequados códigos de valores.” (Santos, 2015, p.36).

Importante citar que a entrada de negros também se vale como uma oportunidade de ascensão social, em vista do quadro de exclusão, em certo ponto planejada socialmente:

A sociedade oferecia poucos postos de trabalho para os negros recém libertos, que disputavam as oportunidades em condições desiguais com os trabalhadores brancos imigrantes provenientes da Europa. O futebol surgia neste contexto como uma das raras oportunidades de ganho financeiro e ascendência social para a população negra

⁵ Ao passar dos anos, o nome do clube foi alterado, recebendo a nomenclatura que se utiliza até hoje, Sampaio Corrêa Futebol Clube

e pobre do Brasil.” (Oliveira, 2012, p.173).

Os poucos clubes que admitiam a entrada de negros, buscavam prover, de alguma forma, o pagamento desses jogadores, se aproximando de um regime de semiprofissionalismo, assim surgindo uma das práticas dentro do futebol brasileiro que é bastante comum até a atualidade, o pagamento de “bichos”⁶ para estes jogadores, “comum nos clubes formados por atletas de clubes populares, como o Vasco da Gama e Bangu. Esses benefícios visavam incentivar e ajudar os segmentos menos abastados da sociedade” (Santos, 2015, p. 37).

A imprensa nacional também não apresentava um posicionamento favorável para a adesão de negros nos clubes de futebol e a profissionalização do esporte. Um episódio marcante que ocorre no Campeonato Sul-Americano de 1919⁷, que seria a primeira a contar com jogadores mestiços e negros, sendo um dos principais nomes, o Arthur Friedenreich, considerado como “mulato”, muito de sua fama ocorria por este fator, e sua convocação, como de outros atletas foram fortemente criticados pela imprensa da época, mesmo que Friedenreich seja considerado um dos principais jogadores do futebol brasileiro no período.

Um outro episódio que marca essa disputa entre o amadorismo e profissionalismo, envolvia racismo da sociedade, em que o próprio presidente da época, Epitácio Pessoa, “entreviu” pedindo a não convocação de jogadores mestiços e negros, em 1919. Segundo Santos:

A participação de negros e trabalhadores na década de 20 já era um processo difícil de ser revertido, devido a popularização, mas era bastante questionável. A entrada de negros, mulatos e trabalhadores braçais no futebol era tão abominada que o próprio presidente Epitácio Pessoa queria "limpar" o selecionado nacional (2015, p. 38).

A questão só chega a uma solução definitiva, por duas motivações, primeiro é o interesse de clubes estrangeiros nos jogadores brasileiros, países europeus, e até mesmo os países vizinhos como Uruguai e Argentina, vigorava o regime profissional e os jogadores deixavam os clubes locais e seguiam para as ligas dos países citados pela questão de salários e boas premiações (Santos, 2015). A segunda motivação é a chegada de Getúlio Vargas (1930-1945) à presidência, que assume buscando bases de apoio para manter seu governo e poder político, dentre elas uma aliança com os trabalhadores.

A busca por alcançar esse objetivo, leva a Vargas tomar várias medidas que são de

⁶ É muito utilizado na prática esportiva, principalmente no futebol profissional, e nada mais é do que uma recompensa especial paga a jogadores e comissões técnicas de equipes por vitórias ou mesmo empates em partidas e campeonatos conquistados.

⁷ Torneio de seleções que ocorre em espaço de período indeterminado, hoje recebe o nome de Copa América.

cunho populistas, atingido a classe mais pobre e trabalhadora para aumentar a sua popularidade:

A criação de todo um arcabouço legal para a proteção dos trabalhadores (criação do salário-mínimo, férias etc.) fez de Getúlio Vargas um governante popular. Os órgãos de propaganda oficiais construíram a imagem de “Pai dos pobres” para o presidente. A imagem do brasileiro ideal era a do trabalhador, que obedece às leis e sustenta a sua família (Ribeiro, 2021, p. 35).

O futebol não seria excluído deste processo, já que os jogadores de futebol na década de 1930 não eram bem vistos, sendo associados ao malandro (Ribeiro, 2021). A regulamentação da profissão, permitiu que jogadores recebessem seus salários e começassem a ser visto por grande parte da população como uma possibilidade de melhorar a sua condição de vida ou mesmo de ascensão social. Também vale citar que Vargas utiliza-se do futebol como ideia de unicidade da raça brasileira e como identidade nacional, da representação de um povo que vive em harmonia.

Assim surgem algumas concepções que está presente em nossa atualidade como o “futebol-arte” que seria a reprodução das habilidades creditadas aos negros, como a sua “malemolência” e agilidade:

O futebol brasileiro era então uma expressão da miscigenação do povo brasileiro. A forma como os jogadores brasileiros jogavam futebol era uma expressão artística do povo brasileiro. Pelo menos, daquilo que se pretendia ser a imagem do país. Os negros, que nos legaram a capoeira e o samba, com a sua tradicional “malemolência”, fizeram do futebol mais um espaço de manifestação de sua arte (Ribeiro, 2021, p.36).

Entretanto, o futebol ainda poderia ser manipulado de forma mais clara no próprio governo Vargas, que acabou sendo conhecido por ser o primeiro a entender e observar a potencialidade do esporte como objeto de “manipulação” ou mesmo de “alienação” da população, não apenas pela profissionalização, mas também pela propagação do futebol pelas rádios para todo o país. Durante seu governo, Vargas começa a intervir nos esportes de forma mais direta, tanto na sua organização interna, como na própria seleção brasileira masculina, ação essa que seria muito evidente também na ditadura civil-militar.

Desde a sua origem (tema que será abordado no próximo subtópico), a Confederação Brasileira de Desportos era pano de fundo de uma intensa disputa entre cariocas e paulistas, isso prejudicava as tentativas de organizar um certame nacional, como a própria convocação da seleção brasileira na época. Como aponta Santos:

disputas e interferências de paulista e cariocas na Confederação Brasileira de Desportos (CBD) no que tange as convocações para as Copas do Mundo de 1930 e 1934. Nessa época, São Paulo (capital econômica) e Rio de Janeiro (capital política

e cultural) já nutriam grande disputa pelos espaços de decisão no país, e essa rivalidade eclodiu na revolução constitucionalista 1932. A rivalidade foi tanta que não foi possível montar a melhor seleção possível. Os melhores jogadores do futebol brasileiro atuavam em São Paulo e devido a divergências entre Confederação Brasileira de Deportes (CBD) e Associação Paulista de Esportes Atléticos, não puderam ser convocados.

Na Copa de 1930, realizada no Uruguai, a rivalidade entre cariocas e paulistas não permitiu a montagem de uma seleção forte para a disputa do mundial, sendo a seleção eliminada na primeira fase (2015, p. 45-46).

O objetivo, assim, era evitar que a rivalidade entre cariocas e paulistas voltasse a atrapalhar o desempenho do selecionado⁸. Vargas intervém, resolvendo essa cisão, assim a seleção brasileira pode chamar os melhores jogadores dos clubes desses estados, que eram as potências do futebol brasileiro e tinha jogadores como Domingos da Guia e Leônidas da Silva (Santos, 2015).

O presidente já havia participado na Copa de 1934, observando todo potencial de propaganda nacionalista, porém no Mundialito de 1938, a ação de Getúlio é mais contundente, permitindo que o Brasil pudesse participar com força máxima, pois negros, mestiços e brancos puderam integrar a seleção. “Essa miscigenação da equipe, foi vista no país como um retrato das misturas raciais, da democracia racial que se pensava existir” (Santos, 2015, p.47).

A conquista do terceiro lugar, a melhor posição do Brasil em mundiais até então, foi festejado tanto pela população, quanto por meio da imprensa. “Os aparelhos de rádio difusão tiveram importante papel na motivação e no clima de euforia, pois as transmissões chegavam a quase todos os cantos do Brasil” (Santos, 2015, p.47). Além da ditadura varguista obter os resultados esperados de suas ações, pois além de diminuir as cisões de cariocas e paulistas, também se fez diretamente presente com uma delegação comandada pela filha do presidente, Alzira Vargas, escolhida como madrinha do selecionado nacional (Ribeiro, 2021). Após o bom resultado, houve grande recepção dos jogadores e da comissão técnica pela população na capital do país e pelo próprio presidente no Palácio do Catete.

A ação varguista por meio das leis para se apropriar do esporte como meio de alcançar o propósito de controle das camadas populares, e aprovação dos mesmos, acaba por demorar para ocorrer, sendo a sua primeira “intervenção” apenas em 1938:

Uma das primeiras medidas de controle dos esportes pelo estado foi através da aprovação de um Decreto-lei 526, de 1º de julho de 1938, que criava, dentro do Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Cultura. Era um órgão que dentro dele existiam objetivos relacionados ao desenvolvimento da cultura, mas

⁸ Termo este muito usado por alguns historiadores e pesquisadores da área como Santos (2015) e Ribeiro (2021) para referência a Seleção Brasileira Masculina de Futebol.

também fazia parte desse mesmo órgão à propaganda do regime em prol das práticas patrióticas. Esporte e nacionalismo caminhavam juntos em prol da unidade nacional (Santos, 2015, p. 48-49).

As ações da ditadura varguista por meio do futebol ainda continuam quando em 1941, a regulamentação dos esportes finalmente aconteceu. “Através do decreto-lei nº 3199 foi criado o Conselho Nacional de Esportes (CND), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Importante citar que esta mesma lei também proibia a prática do esporte bretão por mulheres, lei essa que vigorou por mais de 40 anos.

O CND tinha como função orientar, fiscalizar e incentivar a prática de esportes em todo país” (Santos, 2015, p.49). O CND tinha a responsabilidade de regulamentar todas as atividades desportivas no Brasil, estabelecendo normas e diretrizes para a prática esportiva em diversos níveis. Este órgão coordenava as ações das diversas federações e confederações esportivas, garantindo a uniformidade na gestão dos esportes, incentivando a formação de atletas (amadores ou profissionais), a realização de competições em todos os níveis. Também atuava na fiscalização e disciplina das atividades desportivas, garantindo que as normas e regras por ela estabelecidas, fossem cumpridas e punindo eventuais infrações.

Assim, o futebol tornou-se um dos pontos importantes das ações de seu governo e um dos pilares que serviu de base para a identidade nacional e a construção de uma nação que pudesse crescer visando apenas as similaridades e não as suas latentes diferenças. Como explana Silva:

Getúlio Vargas fez uso do futebol com ferramenta de propagação de ideais políticos entre as massas. Podemos notar que a imprensa foi um importante veículo de propaganda e controle das massas utilizado por Vargas, e serviu também para popularizar a ideia do Brasil como o “país do futebol”. Na formação da identidade nacional e do nacionalismo durante o governo getulista o futebol é apresentado nos jornais como uma unidade em harmonia, sem conflitos e sendo um esporte coletivo. O esporte das massas torna-se o reflexo da unidade que se buscava no Brasil durante a Era Vargas. O futebol e a política se entrelaçam neste período e a imprensa – controlada pelo Estado – tem o papel de disseminar o “país do futebol” autêntico, singular e com identidade própria (2016, p. 254).

Em terras brasileiras, essa seria a primeira experiência da utilização de forma massiva dos esportes, em especial o futebol, pelo Estado, com intuito de criar uma identidade nacional, um povo que vivia harmoniosamente e distante de conflitos. Porém o uso dos esportes em geral, não apenas do futebol, também acontecia em outras localidades do mundo, principalmente nesse período entreguerras onde ocorre a ascensão de inúmeros regimes totalitários e ditatoriais.

Em especial, os primeiros registros do uso do futebol como instrumento político pelo Estado surgem na Itália de Mussolini, em que ele começa a interferir no futebol,

passando a indicar os presidentes das federações, organizar os torneios e o futebol se tornou profissional (Rosa, 2019). A Copa de 1934 vem como forma de propagar uma boa imagem de seu regime e do “progresso” italiano. Mussolini investiu numa extensa propaganda em todas as cidades, não apenas nas sedes e até na naturalização de jogadores estrangeiros para reforçar a seleção.

Por fim, sempre é necessário lembrar que o futebol, sendo um espetáculo e fenômeno das massas, não passaria ou não deixaria de ser percebido pelas elites e pelo Estado. Visto ou não como ópio do povo, o futebol fez com que determinados governos e a decisões delas buscassem vínculo com o esporte bretão.

2.3 Propaganda e Integração Nacional

Antes de abordamos o Campeonato Nacional de Clubes, e todos os antecedentes que levaram a sua criação, desde o surgimento da CBD até os torneios anteriores que tentavam ter o caráter nacional, precisa-se entender dois empreendimentos iniciados pelo governo Médici que estão interligados: meta de integrar o país, a propaganda governista e o surgimento de campeonato nacional.

A um velho ditado que diz que a “propaganda é a alma do negócio”, e para Medici, um dos governos mais repressivos da ditadura militar, que utilizou do decreto Ato Institucional nº 5 assinado por Costa e Silva, para institucionalizar a tortura, aniquilou as guerrilhas armadas de esquerda, marcadamente pela morte de líderes da resistência, como Carlos Lamarca e muitos outros. Como aponta Skidmore:

O aparato repressivo foi bem-sucedido na caça aos líderes revolucionários. Carlos Marighela morreu em uma emboscada em 1969, fruto de informações obtidas através de tortura. Em fins de outubro de 1970 Joaquim Câmara Ferreira, ex-parlamentar e sucessor designado de Marighela como líder da ALN, foi capturado e torturado até a morte na cadeia (1988, p.241).

Diante das gravíssimas violações contra os direitos humanos cometido de forma orquestrada pelo estado brasileiro, era necessário não apenas restringir qualquer notícia relacionada a opressão e tortura sistemática, mas também difundir que a nação prosperava rumo ao progresso. Assim o uso da propaganda foi feito de forma extensiva em todas as áreas possíveis.

Inicialmente o governo militar estabeleceu uma série de órgãos para controlar e dirigir a propaganda oficial, “aproveitando-se do grande avanço das telecomunicações, a

principal delas, a Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP – com o objetivo de centralizar a comunicação produzida pelo governo” (Gonçalves, 2011, p.2). Essa instituição era responsável por disseminar mensagens que exaltavam as realizações do regime e promoviam uma imagem positiva dos militares no poder, “um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, pois acreditavam que a população estava mal informada a respeito das ações do regime militar.” (Gonçalves, 2011, p.4).

Vale citar que quando da chegada do General Octavio Costa a gerência da AERP, ocorre não apenas uma mudança de funcionalidade, mas também uma dinamização que aumenta seu impacto dentro do governo. O que era comum, já que não havia uma padronização ou mesmo função definida da agência. Segundo Skidmore:

Os homens do coronel Costa transformaram a AERP, que não conseguira decolar no governo Costa e Silva, na operação de RP mais profissional que o Brasil já vira. Uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidia sobre os temas e o enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para TV e cinema, juntamente com matéria para os jornais (1988, p.221).

Não seria a primeira experiência brasileira em um regime ditatorial que visando criar uma imagem aceitável ou mesmo influenciar a opinião pública se utiliza da propaganda, o que já havia sido feito, em larga escala pelo governo Vargas no Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, criado em 1939 (Oliveira, 2012). Conforme Oliveira:

Os chefes da AERP, Octavio Costa, e da ARP, Toledo Camargo, negavam, ao máximo, qualquer semelhança com o DIP, afirmando que não produziam propaganda para exaltar os líderes militares, e sim para veicular temas educativos e informativos. Tais temáticas, contudo, eram, em sua maioria, as anteriormente mobilizadas pelo Estado Novo: entre outros, o caráter positivo do povo, do trabalho e da solidariedade e o conagração racial. (2012, p.5)

O objetivo inicial da assessoria, além da transmissão de determinados valores que seriam essenciais aos militares e o endereçamento dessas propagandas a determinadas camadas, tinha como metas, “ ‘mobilizar a juventude’; ‘fortalecer o caráter nacional’; ‘estimular o amor à pátria’; ‘a coesão familiar’; ‘a dedicação ao trabalho’ e ‘a vontade de participação’ para contribuir com a afirmação democrática” (Oliveira, 2012, p.7).

Entretanto, os militares tinham ciência que existiam certos grupos que esse trabalho de propaganda não atingiria. Aqueles que apoiavam o regime, continuariam a apoiar, enquanto aqueles que era de oposição, permaneceram em seu posicionamento. Porém houve uma parte da população que se manteria aquém de todos os acontecimentos, seja do crescimento econômico ou das torturas. É a partir dessa observação que a agência começa a focar as suas ações nesses grupos, assim, “os assuntos eram de fundo majoritariamente

cotidiano: família, trabalho, carnaval, futebol... Buscava-se alcançar o *leitor médio*, em detrimento de formalidades do texto.” (Oliveira, 2012, p.8).

Assim, a linguagem definida por Octavio Costa, abarcava todos os tipos de recursos modernos de comunicação em massa e que almejava a transmissão de mensagens de otimismo. Conforme Oliveira:

A técnica com mais frequência empregada pela AERP foi a da construção do fato histórico no presente pela mídia. A certeza do futuro grandioso, os valores nacionais, a idéia de que finalmente o país havia encontrado um “rumo certo”... Ou seja, tratava-se de uma antecipação da história; de se colocar uma falsa idéia de estabilidade social e política na frente do presente. O Brasil grande, enfim, estava acontecendo (2012, p.8).

A melhor utilização da AERP ocorreu pelo bom momento econômico que o Brasil passava durante o governo Médici com o "Milagre Econômico", o qual foi fortemente promovido. A propaganda ressalta as várias obras de infraestrutura que aconteciam no país afora, a exemplo da construção de rodovias, as hidrelétricas e a usina nuclear de Angra dos Reis, como símbolos do progresso e da modernização do Brasil sob o comando militar. Tudo indicando uma imagem que o país finalmente chegaria a seu apogeu e estava no caminho certo, graças aos militares (Oliveira, 2012).

Além disso, houve uma intensa ênfase no sentimento patriótico e nacionalista, que chega a seu apogeu durante o Mundialito de 1970. A qual comenta Skidmore:

Certas frases de efeito davam bem a medida da filosofia que embasava a AERP: “Você constrói o Brasil!” “Ninguém Segura Este País!” “Brasil, Conte Comigo!” Um estudo de 116 spots contratados com 24 agências de propaganda mostrou que 80 por cento exaltavam a importância do trabalho, o valor da educação e o papel construtivo das forças armadas. As mensagens eram razoavelmente sutis, com habilidoso uso de imagens sonorizadas e o emprego de frases extraídas da linguagem popular (1988, p.221).

E todas essas campanhas tinham por objetivo a construção do amor à pátria e a submissão às autoridades, tentando desestimular as críticas ao regime. Porém uma das propagandas mais marcantes da ditadura militar, e amplamente utilizada como exemplo dessa ação maciça do governo, não foi criada pela AERP. Como explica Oliveira:

Houve, contudo, uma peça de grande notoriedade que foi atribuída a AERP mas não foi feita por ela; pelo contrário, fugia de seus objetivos. A frase “Brasil: Ame-o ou Deixe-o” foi criada pela Operação Bandeirantes e descaracterizou a propaganda produzida da AERP (2012, p.10).

Toda essa construção e utilização da propaganda também só foi possível pela alta censura praticada pelo governo militar. Os jornais, revistas, rádios e televisão eram rigorosamente controlados, a ponto de ser necessário a utilização de autocensura. Em que

comenta Stedile apud Santos:

Autocensura (ou seja, a imprensa seguia as indicações da Polícia Federal sobre aqueles assuntos que não deveriam ser divulgados), aceitar o ato censório após efetivamente realizado, ou acatar os bilhetinhos enviados às redações eram práticas comuns. Apesar da formação de uma memória construída acerca de uma possível resistência, poucos são aqueles que efetivamente enfrentaram a estrutura repressora (2021, p. 29 apud Santos, 2012, p. 69).

Todos os conteúdos que eram considerados subversivos ou contrários ao regime eram censurados ou modificados. A censura visava não apenas suprimir ou erradicar as críticas, porém, assegurar que a mensagem oficial fosse amplamente difundida. Houve uma ampla utilização de cartazes, folhetos e outdoors. Além de uma humanização do presidente, Médici por exemplo, “adorava posar de pai e era fanático por futebol” (Skidmore, 1988, p.223).

As imagens eram cuidadosamente elaboradas para transmitir mensagens de otimismo, progresso e segurança. Símbolos nacionais como a bandeira e o hino eram frequentemente usados para reforçar o senso de unidade nacional. Como aponta Oliveira:

A propaganda era pautada em temáticas não doutrinárias, com poucas colorações oficiais, sendo muitas vezes um “repertório” de modelos de comportamentos a serem seguidos para o desenvolvimento. Tal propaganda, que causa a sensação de otimismo, é caracterizada pelo uso do imaginário social em sua ressignificação; na utilização do mito político, da identidade coletiva, no convencimento das potencialidades brasileiras e de que essas levariam o Brasil ao patamar de desenvolvimento e de que, para isso, era necessário, além do otimismo, uma nova forma de conduta (2012, p.14).

O regime militar buscava organizar e promover eventos como o desfile de 7 de Setembro, Dia da Independência, e outros que aconteceram de forma especial como o Sesquicentenário da Independência do Brasil e a Mini Copa do Mundo⁹, ambas em 1972, e que tinha como objetivo a demonstração de força e apoio popular. Essas celebrações eram amplamente divulgadas pela mídia oficial para mostrar a aparente adesão da população ao governo militar.

Como citado anteriormente, os militares utilizaram dos principais meios de comunicação existentes para expandir as suas propagandas, em especial a televisão, que por meio de políticas de incentivo governamentais, começa a ser um item altamente procurado, o que também seria um elemento chave dentro do governo militar, como relata Skidmore:

O uso da televisão em campanhas promocionais não surpreendia. O Brasil emergira subitamente como um dos mais dinâmicos mercados de TV do Terceiro Mundo.

⁹ De nome “Taça Independência”, organizado pela CBD com a participação de seleções europeias, sul americanas e africanas, teve como vencedor, o Brasil em vitória por 1x0 diante de Portugal

Generosos planos de compras a crédito tinham sido estendidos aos aparelhos de TV em 1968, e o público correspondeu com um grande movimento de compras. Em 1960 apenas 9,5 por cento das residências urbanas tinham TV, mas em 1970 já chegavam a 40 por cento.¹⁸ Quando Médici assumiu, o Brasil tinha 45 emissoras de TV licenciadas. Seu governo concedeu mais 20 licenças e nesse processo ajudou consideravelmente o crescimento da Rede Globo. Criada por um império jornalístico conservador muito bem-sucedido, a TV Globo aceitara anteriormente financiamento parcial das organizações Time-Life. Seus adversários especialmente aqueles ligados a uma rede de TV concorrente que estava perdendo suas licenças para a TV Globo denunciaram que os laços financeiros desta com Time-Life violavam a lei brasileira de telecomunicações que proíbe a propriedade por estrangeiros de órgãos de comunicação. O governo rejeitou a denúncia, e a TV Globo continuou a crescer, ultrapassando suas concorrentes como líder de audiência. Diziam seus críticos que esta ascensão podia ser explicada pela defesa dos interesses oficiais através da programação da Rede Globo durante o governo Médici (1988, p.222).

Ao mesmo tempo que ocorria essa campanha publicitária extensiva do governo ditatorial, outra ação que intervém diretamente na criação do Campeonato Nacional de Clubes, é o Programa de Integração Nacional planejado por Médici. Segundo Oliveira:

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974), assim como os planos anteriores e posteriores, permitem “esboçar tendências” referente à futura distribuição espacial das atividades no País. O planejamento é utilizado pelos governos como instrumento indicativo dos caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento do país, indicando, também as possibilidades de organização futura do território, as possibilidades de valorização e desvalorização de regiões, a inclusão ou exclusão de cidades e de atividades econômicas, a integração ou a desintegração. O território é assim organizado, principalmente, pelas políticas relacionadas às infra-estruturas de transporte, comunicação e energia (2005, p.3204).

A região Nordeste sempre foi uma grande questão para os governos daquele período, sempre apresentando inúmeros problemas econômicos e sociais em que muitas das tentativas de resolução foram falhas. “Nenhuma região do Brasil podia comparar-se à escala de miséria em que viviam mais de 30 milhões de nordestinos” (Skidmore, 1988, p.287).

E assim como os governos anteriores, Emílio Médici preferiu não investir recurso na região de forma inicial, focando na região Centro-Sul, onde era mais rentável, assim como Costa e Silva (1967-1969), pois não havia lógica de investir em uma região não rentável e de pouco retorno (Skidmore, 1988).

Essa realidade se altera com as grandes secas que assolam o nordeste brasileiro por volta de 1970, e que chocou até o próprio presidente (Skidmore, 1988). Diante dessa situação, Médici procura formas de tentar não apenas aliviar a situação, mas buscar alguma solução que fosse “definitiva” para acabar com esse grande problema do nordeste, acreditando que a solução seria a diminuição da população local. O grande questionamento era para onde realoca-los ?

Na mesma reflexão, ele também observa uma outra grande problemática, principalmente para os militares, a questão amazônica, buscando a ocupação do espaço vital,

algo que já vinha sendo discutido dentro da geopolítica e que influenciou inúmeros pensadores, como relata Schatz:

A preponderância dos discursos em prol da integração e ocupação das regiões brasileiras é visível também em novos pensadores da geopolítica. É o caso da geógrafa Bertha Becker, estudiosa da expansão da fronteira agropecuária brasileira nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, e que publicou obras como Geopolítica da Amazônia, em 1982, e A Geografia e o resgate da geopolítica, em 1988. A historiadora e geógrafa Therezinha de Castro também sobressaiu-se ao desenvolver temáticas sobre a Amazônia e a necessidade de ocupação do território brasileiro em trabalhos publicados entre 1960 e 1999, como Atlas de Geopolítica do Brasil, de 1981, e Geopolítica: princípios, meios e fins, de 1986 (2016, p. 313).

Assim, Médici entende que a melhor forma de solucionar tanto a pouca densidade geográfica que existia na região amazônica, buscando se afastar do perigo de uma possível ocupação por estrangeiros, seria a alocação de grandes números de nordestinos, em principal os que foram atingidos pela seca, para ocupar o vasto território amazônico. Além de buscar diminuir os impactos das secas, do escassos recursos da região nordeste em contraste com a grande densidade demográfica nordestina. Como aponta Skidmore:

O PIN deveria incluir três elementos: (1) abertura do vale amazônico através de uma nova rodovia que facilitaria a colocação de 70.000 famílias; (2) irrigação de 40.000 hectares no Nordeste no período 1972-74; e (3) criação de corredores de exportação no Nordeste. O processo, segundo o documento de planejamento inicial do governo, seria a ‘ocupação gradual de espaços vazios’, frase indicadora do pensamento de Médici. Problemas sociais difíceis como a miséria em que vivia pelo menos um terço do Brasil seriam resolvidos não pela nacionalização ou redistribuição da riqueza ou da renda de quem quer que fosse, mas pela descoberta de novos recursos. A gigantesca população do Nordeste seria desviada de sua rota normal de migração para os ‘superpovoados centros metropolitanos do Centro-Sul’ e levada para as regiões semi-úmidas do próprio Nordeste e da Amazônia e Planalto Central (1988, p.289).

O PIN como ficou conhecido foi uma iniciativa que teve como objetivo principal promover a integração das regiões menos desenvolvidas do país, especialmente a Amazônia e o Nordeste ao restante do território brasileiro. Os principais pontos além daqueles que foram apresentados anteriormente são: Promover o desenvolvimento econômico e social dessas regiões e descongestionar áreas superpovoadas, principalmente no Sudeste, incentivando a migração para novas fronteiras agrícolas.

Os militares viam no Plano de Integração Nacional não apenas a possibilidade de lidar com as problemáticas que serão apresentadas a seguir, mas também de propagar uma ideia de grandiosidade, otimismo e futuro. O PIN seria o primeiro passo para o desenvolvimento do Brasil, rumo ao status de potência mundial no final do século XX.

A partir disso, a ditadura militar começou a utilizar de várias estratégias para alcançar as metas desejadas, uma das principais foi a construção de infraestrutura,

especialmente rodovias, para facilitar o acesso e a integração das regiões isoladas. A Transamazônica, foi planejada para atravessar o norte do Brasil, ligando a região Nordeste à Amazônia. Foi um dos maiores projetos rodoviários da época, mas não ficou centrada apenas nela, outra rodovia construída no período foi a Cuiabá-Santarém (BR-163) que ligava o centro-oeste do país à região amazônica, com o intuito de promover o desenvolvimento agrícola e facilitar o transporte de produtos.

Outra ação feita como parte do plano é a atração de colonos com promessas de terras férteis e oportunidades econômicas. Assim, programas de colonização foram estabelecidos, oferecendo apoio inicial para os migrantes por meio da promoção da agricultura, pecuária e exploração de recursos naturais. Houve também um incentivo fiscal e financeiro para atrair o investimento privado.

Toda essa ação gerou prejuízos não apenas ao próprio governo como também para aqueles que estavam envolvidos e mesmo a terceiros. A construção de rodovias e a expansão agrícola levaram a um aumento substancial no desmatamento da Amazônia, a migração incentivada pelos militares resultou em conflitos com populações indígenas e comunidades tradicionais, as quais persistem até os dias atuais.

Diante desse contexto de intenso uso de propaganda pela ditadura militar, do plano de integração que ambicionava a ocupação de um espaço vital e a solução de duas problemáticas em uma, além de todas as outras questões como o “Milagre Econômico” é a intensa repressão e censura, seria o pano de fundo para a criação do Campeonato Nacional de Clubes, mais um acessório utilizado pelos militares para alienar e também facilitar o seu projeto de integração.

3. CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES: Antecedentes, Loteria Esportiva e início da integração pelo futebol.

3.1 Antecedentes do CNC

A idealização de um torneio de clubes de abrangência nacional de futebol era bastante anterior à própria criação do Campeonato Nacional de Clubes, principalmente após o mundialito de seleções de 1950 aqui no Brasil. Entretanto, todo o caminho percorrido para o surgimento do Campeonato Nacional, envolviam não apenas os dirigentes do futebol brasileiro, como também estava ligado à própria política nacional em determinados momentos.

Assim retornamos novamente aos primórdios da existência do futebol no Brasil, em específico a década de 1910, para abordar de forma mais aprofundada o surgimento da CDB, algo anteriormente trabalhado no tópico 2.2 deste capítulo. Com o pano de fundo de intenso debate envolvendo a participação de negros, pobres e trabalhadores no futebol e a sua profissionalização, há também um conflito político que ao mesmo tempo é uma continuidade de disputa regionais pré-existentes, demonstrando mais uma vez como o futebol não está a parte da sociedade e sua dinâmica.

Com o futebol se tornando altamente popular em todas as classes, com a explosão de clubes seja nos bairros mais luxuosos ou mesmo nas periferias e bairros industriais, se via a necessidade de uma entidade de cunho nacional que pudesse organizar os campeonatos e até mesmo os possíveis selecionados. Segundo Santos:

A ideia de criar uma entidade nacional que centralizasse os destinos do esporte no país ganham força em 1914. Reunindo diversas organizações que iam desde o Aero clube Brasileiro aos representantes da LMEA, o objetivo era garantir amplo apoio à nova instituição. O resultado foi a criação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), que tinha a responsabilidade de preparar e organizar as delegações olímpicas do país, enquanto a Federação Brasileira dos Esportes (FBE) cuidaria da organização do esporte nacional através da realização de torneios e eventos (2012, p. 20).

Entretanto, havia uma outra confederação criada para esse intuito pelos paulistas, que tinha o nome de Liga Paulista de Foot-Ball (LPF), fundada em 1901. A LPF que reunia as federações do estado do Rio Grande do Sul e Paraná, tendo o apoio da Argentina e Uruguai, criam a Federação Brasileira de Futebol (FBF) em 1915. O imbróglio se segue com a FBE criando seu estatuto e o enviando a Fédérations Internationale de Football Association (FIFA)¹⁰, bem como a FBF, que também a envia a FIFA, deixando a cargo da Federação

¹⁰ órgão máximo do futebol mundial até os dias de hoje.

escolher quem representaria o futebol nacional brasileiro (Santos, 2012).

Diante do contexto da Primeira Grande Guerra, a FIFA se omite da decisão, deixando a resolução deste problema para ambas as federações, entretanto ocorre a intervenção direta do Estado, por meio do Ministro das Relações Exteriores, Lauro Muller, que resolve a questão através de um grande acordo no ano de 1916, “segundo o qual as atividades da FBE e da FBF são suspensas, cedendo espaço à criação da Confederação Brasileira de Desportos” (Santos, 2012, p.21).

Assim, o selecionado nacional pôde ser organizado, permitindo que participasse do primeiro Campeonato Sul-Americano de Futebol de seleções que ocorreu também no ano de 1916. Conforme Ribeiro:

o primeiro campeonato sul-americano de futebol foi disputado em 1916. A competição serviu para consolidar o surgimento da Confederação Sul-americana de futebol. Apesar das disputas políticas pelo controle da entidade, sobretudo entre brasileiros e argentinos, a competição foi um sucesso (2021, p. 37).

Mesmo com essa intervenção estatal, que seria seguida por outras como a já citada interferência de Epitácio Pessoa na convocação da seleção brasileira em 1921, a CBD não esteve livre de conflitos, tendo que lidar com as cisões entre paulistas e cariocas que enfraqueceram a seleção brasileira e deixariam o Brasil em clara desvantagem diante das potências locais como a Argentina e Uruguai (Santos, 2012). Cisões essas que só seriam diminuídas de forma drástica com a chegada e a intervenção direta de Getúlio Vargas na CBD para a Copa do Mundo de 1938.

Durante todo o período, que atende o Estado Novo até a copa de 1950, o futebol brasileiro de clubes ainda era regionalizado, o único torneio que tinha certo caráter nacional era o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, que seria um pequeno vislumbre de um torneio de alcance nacional. Porém isso também gerava uma desvantagem diante de outros países. Conforme Santos:

na contra-mão dos países sul-americanos nos anos 1950, o Brasil não possuía um campeonato de âmbito nacional. As dimensões continentais do país sempre eram apresentadas como justificativa para a falta de integração nacional que se refletia na ausência de um campeonato de proporções nacionais (2012, p.30).

Essa foi uma realidade persistente no futebol brasileiro, o único torneio que envolvia os clubes era a Taça Rio-São Paulo, a competição mais importante do período (Santos, 2012). Acreditava-se ser um torneio de caráter nacional, mas estava dirigido a apenas dois estados. Essa realidade continuaria a existir até o ano de 1959, em que o Brasil, o atual campeão do mundo, com título conquistado na Suécia no ano anterior, finalmente teria uma

competição que envolvesse clubes de todas as regiões do país (ao menos na teoria).

Seguindo uma certa tendência, com a tentativa de criar torneios continentais, como na Europa, que iniciou em 1955 a Copa do Campeões da Europa¹¹. Já a América do Sul, por meio de sua confederação, criou o seu torneio continental no ano de 1960. Segundo Matias:

Tendo como seu primeiro nome Copa dos Campeões e que após vinte e cinco dias modificou-se para a atual versão, esta competição teve como base a Taça “América del Sur”, realizado em Santiago no Chile em 1948. Em 30 de julho de 1959 em congresso realizado em Caracas, teve como a principal pauta a criação da Copa dos Campeões, que contava com o apoio do Brasil e Argentina. Em 2 de agosto de 1959, com oito votos a favor e 1 contra, tendo também 1 abstenção, o Congresso da Confederação Sul-americana de Futebol (CSF) resolveu, por maioria de votos, a criação da Copa dos Campeões. No mesmo mês foi decidido que a competição se chamaria “Libertadores da América”, em homenagem aos heróis que cimentaram a criação das nações sul-americanas (2013, p.104).

Esse nome, a qual se tornou a marca registrada da competição, demoraria para cair no gosto e do público em geral, na época, era chamada pelos brasileiros como Torneio Mundial Interclubes (Santos, 2012). Permitir que os representante brasileiro obter-se a vaga pela Taça Rio-São Paulo, traria a ideia de exclusão das demais regiões, já que seria a representação de um país no torneio continental, assim houve a idealização de organizar um torneio em que os campeões estaduais pudessem participar, entretanto havia problemas que envolviam a criação desse torneio e que já era anterior a ela:

Os obstáculos eram os mesmos velhos conhecidos apresentados nos anos anteriores: as dimensões continentais do país inviabilizariam o deslocamento das delegações, além de problemas como a ausência de datas disponíveis, uma vez que os campeonatos estaduais e as excursões altamente rentosas para os clubes preenchiam o calendário desportivo, recrudescidos ainda pela falta de recursos da CBD (Santos, 2012, p.35).

Usando o formato do bem sucedido Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, e como forma de facilitar a sua organização, o torneio foi dividido em quatro grupos, um com clubes do Norte, Nordeste, outro com clubes do Centro, e um da região Sul. Em jogos eliminatórias de ida e volta, haveria uma primeira final com os campeões dos quatro grupos, que seguiriam para a semifinal, os quais enfrentariam as privilegiadas equipes paulistas e carioca (Santos, 2012). Com a participação de dezesseis times ao todo, o primeiro torneio de cunho nacional foi marcado por uma grande surpresa, o ganhador foi o Esporte Clube Bahia, do estado homônimo, que derrotou o Santos Futebol Clube de São Paulo em uma decisão de três jogos.

¹¹ O torneio seguiu com este nome até o ano de 1992, quando recebeu o nome de Liga dos Campeões da Europa

O torneio de 1960 conta com dezessete clubes, agora junto dos paulistas, o Bahia que entraria na semifinal, além da adição de uma equipe do estado de Sergipe¹². Mantendo a mesma fórmula de disputa do certame anterior, o campeão seria a Sociedade Esportiva Palmeiras de São Paulo com duas vitórias sobre o Fortaleza Esporte Clube do Ceará.

Em 1961, o torneio aumenta de número, agora com a participação do atual campeão, adjunto dos demais dezessete campeões estaduais, torneio este que acaba sendo vencido pela primeira vez pelo Santos de Pelé. Este mesmo Santos que “começava assim a afirmação de um dos melhores times da história do futebol mundial” (Santos, 2012, p.44). A Taça Brasil de 1962, ano do bicampeonato mundial da seleção brasileira, no Chile, é marcada pela espetacular atuação de Mané Garrincha, considerada uma das melhores atuações individuais deste torneio. Contava com dezoito equipes, com a adição do estado do Piauí, que seria representado pelo River Atlético Clube. A final seria entre o atual campeão, o Santos de Pelé e o Botafogo de Futebol e Regatas do Rio de Janeiro, liderado por Garrincha, que também resolveria um grande embate que marcava não apenas a imprensa como também dos torcedores, qual dessas equipes era a melhor do país:

A grande discussão nos bares, nos escritórios e, claro, nos programas esportivos, era sobre qual o melhor time do Brasil: seria o Botafogo de Garrincha capaz de derrotar a hegemonia do Santos de Pelé? Esta questão acabou solucionada pelos confrontos da Taça Brasil, tanto que as chaves foram formadas de maneira que as duas equipes já entrariam nas semifinais, evitando, assim, uma suposta final antecipada (Santos, 2012, p. 45).

O título acabou ficando novamente com o “Alvinegro Praiano”¹³, que venceria as três partidas da final e se sagraria bicampeão nacional. A Taça Brasil de 1963 tem como novidade a adição de mais duas equipes no certame, chegando ao número de vinte participantes, com a inserção do representante do estado de Goiás, o Vila Nova Futebol Clube e o Defelê Futebol Clube de Brasília. Em nova final entre Bahia e Santos, a terceira em cinco edições, que terminou com o título paulista após dois jogos, em que o alvinegro praiano saiu como grande vitorioso, o término da competição foi realizada no ano seguinte, por conta da falta de datas.

O certame de 1964 tem algumas novidades em relação aos participantes. Conforme Santos:

o Amazonas veio representado pelo Nacional de Manaus. Agora, vinte e um dos vinte e dois Estados da federação participavam da competição, sendo apenas o

¹² O Sport Club Santa Cruz, que atualmente se encontra extinto

¹³ Apelido do Santos Futebol Clube, pelas cores preto e branco da equipe e por ser da cidade de Santos, no litoral de São Paulo.

estado do Mato Grosso a não disputar a taça. Por sua vez, São Paulo tinha dois representantes, uma vez que o Palmeiras foi o campeão paulista e o Santos defendia seu tricampeonato (2012, p.46).

O título fica novamente com a equipe dos Santos, que chega ao tetracampeonato, desta vez enfrentando a equipe do Clube de Regatas do Flamengo do Rio de Janeiro, diante de uma vitória e um empate em dois jogos. Em 1965 ocorreram algumas mudanças no regulamento, o Palmeiras, vice-campeão paulista em 1964, solicitou convite à CBD para participar da competição nacional porque o Santos foi campeão do Paulista e do Campeonato Brasileiro no mesmo ano. Dessa forma, a vaga em São Paulo será preenchida pelo vice-campeão. No Rio de Janeiro, foi acordado entre os clubes que o vencedor do primeiro turno do Campeonato Estadual de 1965 se tornaria o representante do estado na competição da Taça Brasil, encerrando assim a obrigação do vencedor do torneio estadual, representar o Rio de Janeiro nas competições nacionais (Santos, 2012).

Esse campeonato terminaria com o pentacampeonato santista, desta vez diante do Clube de Regatas Vasco da Gama do Rio de Janeiro, novamente em decisão feita com partida ida e volta, terminando com vitória santista em ambas as partidas. Durante todas as edições, o vencedor garantia vaga direta para a Copa Libertadores, mas a Conmebol decide ampliar o número de participantes, dando vaga ao vice-campeão nacional, o que desagradou a CBD, e leva a não participação do Santos e do Vasco no continental de 1966. No próprio ano de 66, a Taça Brasil manteria a mesma quantidade de participantes, entretanto se inicia um grande número de desistências, que seria reflexo do esvaziamento que o torneio enfrentaria, esta edição acabou sendo vencida pelo Cruzeiro Esporte Clube de Minas Gerais.

As seguintes edições, de 1967, vencida pelo Palmeiras, em final contra o Clube Náutico Capibaribe de Pernambuco, com vitória em ambas as partidas, e do Botafogo vencendo a final de 1968 diante do Fortaleza com um empate e uma vitória, em um torneio totalmente vazio, que acabou não conseguindo a meta de contar com todas as equipes, sendo sua última adição, com a entrada do Clube Esportivo Operário Várzea-Grandense do Mato Grosso (Santos, 2012).

As motivações que levaram ao esvaziamento são variadas, um novo torneio nacional e a falta de datas disponíveis foram importantes para o esvaziamento da Taça Brasil (Santos, 2012). O novo torneio que acaba por surgir, não era tão novo assim, o Torneio Roberto Gomes Pedrosa¹⁴, apelidado de “Robertão” nada mais era que o famigerado Rio-São

¹⁴ Roberto Gomes Pedrosa foi um ex-jogador, dirigente e político brasileiro, chegando a jogar a Copa de 1934 pela Seleção Brasileira Masculina de Futebol e eleito vereador pelo estado de São Paulo, encontrado morto em seu apartamento no ano de 1954, quando exercia o cargo de dirigente da Federação Paulista de Futebol, em sua homenagem, a federação carioca e paulista renomearam o Torneio Rio-São Paulo para Roberto Gomes Pedrosa

Paulo, que a partir de 1967 inicia a sua ampliação, aumentando o número de participantes, e o motivo para essa ação estava no selecionado brasileiro:

O fracasso da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1966, fez com que a CBD percebesse a importância de uma maior organização do futebol brasileiro. Aproveitando-se do sucesso da Taça Brasil, a CBD decidiu criar o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, que previa a participação dos campeões estaduais e de outras equipes convidadas (Ribeiro, 2021, p.53).

Além dos antigos participantes do Torneio Rio-São Paulo, veio a participação de clubes de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, visando o maior lucro possível e buscando superar os já considerados ultrapassados e deficitários estaduais (Santos, 2012). Diante disso, esses estados se mantiveram, só com a adição dos nordestinos, em específico os baianos e pernambucanos até a última edição, em 1970. Apenas a primeira edição deste torneio, que também recebeu o nome de Taça de Prata, foi organizado pelas federações paulistas, os campeões foram o Palmeiras em 1967, contra o Sport Clube Corinthians Paulista, do estado de São Paulo, Sport Club Internacional e o Grêmio de Foot-Ball Porto Alegre, ambos do Rio Grande do Sul.

Em 1968 o campeonato foi vencido pelo Santos, que chegava ao seu Hexacampeonato em quadrangular¹⁵ vencendo as equipes do Palmeiras, Internacional e Vasco. No ano de 1969, o grande campeão é a equipe do Palmeiras, triunfando no quadrangular final diante do Cruzeiro, Corinthians e Botafogo. A última edição do “Robertão” é conquistada pelo Fluminense, novamente no formato de quadrangular, disputando o título contra o Palmeiras, e os mineiros Cruzeiro e o Clube Atlético Mineiro.

Conhecido por ser um torneio de caráter elitista, a ampliação do Torneio Roberto Gomes Pedrosa foi muito bem recebida pela imprensa e fãs de futebol, e que atendeu aos anseios dos dirigentes dos clubes:

A esperança de melhores rendas e espetáculos de qualidade superior àqueles proporcionados pelos estaduais parecia concretizar-se, uma vez que a criação de um campeonato nacional racionalizaria o calendário, possibilitando inclusive a vinda de clubes estrangeiros para o Brasil e fortaleceria a Seleção Brasileira, já que jogadores de outros centros poderiam ser úteis para o time verde-e-amarelo, que tinha perdido a Taça Jules Rimet em 1966 para os anfitriões ingleses (Santos, 2012, p.53).

Como citado anteriormente, durante o decorrer do campeonato brasileiro, seja pelo Robertão ou pela Taça Brasil, o contexto social e político nacional se altera totalmente, com a entrada dos militares e todas as consequências que foram aqui abordadas. Entretanto,

em 1954, nome este que vigorou até 1967.

¹⁵ Formato de jogo utilizado em campeonatos de futebol em que quatro equipes competem em uma partida de ida e volta ou turno único.

antes de começarmos a explicar o que foi o Campeonato Nacional de Clubes, se faz necessário abordar dois fatores importantes e cruciais para o surgimento desse torneio, João Havelange e a Loteria Esportiva, que será abordado no próximo subtópico.

João Havelange, um dos personagens mais marcantes e controversos do futebol brasileiro, e do esporte mundial, sua trajetória em muitos momentos se confunde com a trajetória do esporte brasileiro. Esse protagonizou momentos considerados importantes, entretanto muito polêmicos,

Jean-Marie Faustin Goedefroid Havelange nasceu no Rio de Janeiro em 1916, filho de um empresário belga comercializador de armas. Faustin Havelange, seu pai, era dono de uma grande extensão de terras na então capital do Brasil, hoje parte dos bairros de Laranjeiras, Cosme Velho e Santa Teresa. No final da década de 1930, João Havelange graduou-se em direito, carreira que cursou paralelamente à atividade esportiva. Em São Paulo, no início dos anos 1940, assumiu como executivo a chefia da empresa de transporte Viação Cometa, cargo que manteve até a sua ida para a Fifa em 1974. Desde jovem ele sempre foi um dedicado atleta: em 1931 foi campeão juvenil de futebol pelo Fluminense Futebol Clube; como integrante da equipe de natação representou o Brasil nas Olimpíadas de Berlim (Alemanha) em 1936 e na equipe de polo aquático, nas Olimpíadas de Helsinque (Finlândia) em 1952. Também foi desde cedo que Havelange atuou como dirigente esportivo: foi integrante da Federação Paulista de Natação, da qual se tornou presidente em 1948; retornou ao Rio de Janeiro em 1951 como presidente da Federação Metropolitana de Natação e vice-presidente da Confederação Brasileira de Desportos; nos jogos Melbourne em 1956 comandou a equipe brasileira de natação. Pouco tempo depois, em 1958 foi eleito presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Em 1962 passou a formar parte também do COI e, finalmente, chegou à presidência da Fifa em 1974, deixando o cargo em 1998 para tornar-se presidente de honra da entidade (Magalhães, 2016, p.1130).

Chegando à presidência da CBD, em um contexto de nacional-desenvolvimentismo encabeçado por Juscelino Kubitschek, seu amigo pessoal, a confederação acabaria refletindo suas ambições, e na primeira copa sobre seu comando, tratou de “profissionalizar” a administração da seleção, almejando um formato empresarial de gerenciar a instituição (Magalhães, 2016). O Brasil conquistou o bicampeonato consecutivo no ano de 1962. Havelange, conhecido pela sua capacidade de negociação e de posicionamento conciliador, soube se aproveitar desse fato para almejar cargos mais altos, como durante a preparação para o mundialito de 1966, em que os amistosos disputados na Europa serviram para promover o presidente da CBD, que tinha pretensões ao cargo de presidente da FIFA (Santos, 2015).

Porém, o péssimo desempenho da seleção brasileira marcou o início de um dos momentos mais complicados de sua gestão na CDB, em que sofreu pressão dos presidentes militares, sendo alvo de uma CPI, que investigou os motivos de sua má atuação (Santos, 2015). Diante dessa pressão, teve que negociar e descentralizar a sua administração, com a

criação da Comissão Seleccionadora Nacional (COSENA), que era responsável pela escolha de jogadores, comissão e treinadores (Magalhães, 2016).

O triunfo da Copa de 1970 foi capitalizado politicamente pelos militares e por Havelange, que chega à presidência da FIFA em 1974. Importante lembrar que seu plano inicial era de acumular os cargos de presidência da CBD e da FIFA, porém esses são frustrados por Geisel, que utilizou a própria SNI para pressioná-lo a abdicar do cargo (Santos, 2012). Assim, ele continua a sua trajetória, deixando o futebol nacional e começando a comandar a entidade máxima do futebol:

Havelange assumiu a Fifa após a Copa do Mundo de 1974, na Alemanha. A primeira competição organizada por ele foi a Copa do Mundo de 1978 na Argentina, torneio que recebeu diversas denúncias em função da violenta ditadura que vigorava, desde 1976, no país-sede. O evento na Argentina havia sido confirmado em 1973 pelo regime da então presidente Isabel Perón, e ainda durante o mandato como presidente da FIFA de Stanley Rous. Não obstante, a proximidade das relações entre Havelange e a Junta Militar que governava o país reforçaram as críticas que sofreu na época em que dirigia a CBD, referente à sua associação e relações com ditaduras (Magalhães, 2016, p. 1133).

Sempre com um posicionamento omissivo, ou “despolitizado”, defendeu a ideia de que o futebol e a política estavam em âmbitos diferentes, o que permitia tomar determinadas decisões ou mesmo ações que poderiam ser consideradas controversas e polêmicas (Magalhães, 2016).

Mesmo diante das inúmeras polêmicas, a sua trajetória em ambas as instituições são bem vistas e elogiadas, principalmente por ter transformado as instituições que esteve à frente em um negócio altamente lucrativo. Abordar um pouco de sua história e trajetória, é interessante a essa pesquisa, pois foi personagem central em todo percurso percorrido pelo campeonato brasileiro até os anos de 1971, seja pela Taça Brasil ou Torneio Roberto Gomes Pedrosa, assim como teve influência na criação de outros torneio, como a própria Copa Libertadores, sendo uma peça importante nesta análise.

3.2 Loteria Esportiva

O segundo fator que foi essencial para a criação do Campeonato Nacional de Clubes, é a Loteria Esportiva, um dos grandes exemplos de como o regime buscou formas de aumentar a arrecadação do governo e, ao mesmo tempo, oferecer uma nova forma de entretenimento à população. Esse tema, mesmo que importante para entendimento do envolvimento do esporte com a política, tem pouco aprofundamento acadêmico, pois “a

maioria das obras que citam a Loteria referem-se a textos em que o objeto estudado é o futebol” (Fino, 2017, p. 275).

No contexto do Milagre Econômico, o governo buscava diversas formas de incrementar a receita pública e financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento, também nos esportes, em que “o investimento massivo por parte do governo Médici para o sucesso de tal loteria foi algo expressivo naquele período” (Fino, 2017, p.268). Houve uma ação planejada por meio das mídias que buscava naturalizar a loteria como algo habitual e positivo, assim o tema era inserido não só nas notícias esportivas dentro das revistas, mas em diversas notícias do cotidiano (Fino, 2017). Além do processo que buscava legitimar a Loteria Esportiva, induziu-se o apostador ou receptor das ações de propaganda, a se reconhecer como um apostador nato, algo natural do brasileiro (Fino, 2017).

A criação da Loteria Esportiva aconteceu em 1970, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici. O Decreto-Lei nº 66.118, de 26 de Janeiro de 1970, autorizou a Caixa Econômica Federal a explorar a Loteria Esportiva, visando captar recursos para o desenvolvimento do esporte nacional e para os cofres públicos. Assim como combater as apostas ilegais e cooptar aqueles jogadores, valendo-se da estrutura criada em torno do futebol (Fino, 2017).

Houve testes nos meses anteriores de seu lançamento, que foram realizados de forma oficial em 7 de abril de 1970 na cidade do Rio de Janeiro, estendendo-se para São Paulo e demais regiões do país (Fino, 2017). A sua fórmula era bastante simples e de fácil entendimento, “após preencher o ‘volante’ com a relação de jogos, os palpites eram transferidos para cartões IBM e perfurados pela máquina manual *Por a Punch*, emitindo assim o recibo do apostador” (Santos, 2012, p.74). Essa facilidade adjunta da forte propaganda e a possibilidade de ascensão econômica tornou a Loteria Esportiva rapidamente popular entre os brasileiros, especialmente entre os fãs de futebol. Porém, pela mesma propaganda, buscava-se alcançar o público que não era apegado ao esporte.

Todo o investimento feito pelos militares não ficou apenas restrito à criação da loteria, mas abrangeu os cuidados com a propaganda e o possível retorno financeiro, político e social da mesma. A seleção criteriosa de cada jogo também preocupa, para equilibrar a possibilidade de apostar nos maiores clubes do futebol brasileiro com a de partidas menos atrativas:

A escolha dos jogos de cada rodada, algo fundamental para a lisura da loteria, era realizada por uma agência designada pela Caixa Econômica Federal, a Sport Press. Como critérios para escolha, estavam se o jogo era um clássico onde a diferença de pontos dos envolvidos não era grande, times com campanhas semelhantes (de

preferência aqueles que disputavam colocações no meio da tabela de classificação), times grandes que jogavam fora de seus domínios, (onde o risco de derrota é maior) e clássicos regionais ou locais (Santos, 2012, p.74).

A adesão em seu início foi maciça, a ponto de gerar problemas na sua venda, seja pela falta de bilhetes ou mesmo de confusão generalizada para a sua compra. Conforme Santos:

Também chamado de “Bolão” (hoje Loteca), a nova loteria despertava grande interesse dos apostadores, que formavam grandiosas filas no centro do Estado Guanabara, levando até mesmo a falta de cupons para atender o público, com casas lotéricas fechando as portas um dia antes do prazo final para o encerramento das apostas. O primeiro concurso foi um sucesso, com “mais de 2 mil pessoas se ofereceram para abrir lojas com finalidade de vender cupons aos apostadores (2012, p. 75).

A loteria não só proporcionava uma nova forma de entretenimento a população, mas também oferecia a possibilidade de ganhos financeiros significativos e de uma ascensão social para aqueles que não eram beneficiados ou atingidos pelo “Milagre Econômico”. A sua arrecadação foi uma importante fonte de recursos para o governo militar. Segundo Fino:

Dentre as especificações contidas naquele decreto-lei, a divisão do dinheiro arrecadado é um ponto que merece ser aqui destacado. Da renda bruta, 50% do total arrecadado eram para o pagamento do(s) prêmio(s), 12% para despesas gerais e 13% para pagamento das comissões. Da renda líquida advinham os recursos de caráter ‘social’, deles 40% eram destinados à Legião Brasileira de Assistência (LBA), 30% ao Conselho Nacional de Desportos e 30% para o Ministério da Educação e Cultura. (DECRETO-LEI, 1970). Interessante notar que nos países europeus, nos quais o Brasil se ‘inspirou’ para criar a loteria esportiva, são destinados 50% de toda a arrecadação ao governo. No Brasil, entretanto, além dos 50% do valor total arrecadado, ainda é cobrado imposto sobre o prêmio pago (VINCENZO, 2006). Esta particularidade fez com que as arrecadações brasileiras fossem substancialmente maiores do que nos demais países (2017, p. 274).

O sucesso da Loteria Esportiva foi tanta que conseguia atravessar as barreiras e limites estaduais, ainda em fase de teste nos estados da Guanabara e São Paulo, ela começa a se expandir e conquista adeptos em outros estados, que recebia o nome de “corretores” que distribuía os volantes, coletavam as apostas e viajavam até um dos postos para realizar as apostas (Fino, 2017).

Em resumo, a Loteria Esportiva tinha como o grande objetivo, ser a “integração nacional pelas apostas” levando aos apostadores, a necessidade de não apenas conhecer as suas equipes, como também de outras localidades menos conhecidas, ambicionava não apenas uma maior arrecadação que voltaria para o governo, mas também a busca pela autosustentabilidade do esporte. Outros objetivos da Loteria Esportiva segundo Fino eram:

1 O primeiro refere-se ao mais óbvio dos propósitos: a verba advinda da venda dos bilhetes para reforçar os cofres públicos. “A loteria esportiva criada em 1970 além

de contribuir para a manifestação ideológica do futebol foi uma fonte arrecadadora de recursos para o governo”. (RIBEIRO, ALMEIDA, XAVIER, 2012, p.6 e CHAIM, 2014). 2 A Loteria Esportiva, assim como a ampliação do Campeonato Brasileiro e a Taça Independência foram utilizadas para “prolongar e ampliar pelo maior tempo possível o estado de ‘êxtase’ vividos pela população devido ao esporte”. (CHAIM, 2014, p. 159). 3 Este mesmo conjunto (Loteria Esportiva, Campeonato Brasileiro e Taça Independência) visava à consolidação do futebol como base de popularidade para o governo (CHAIM, 2014). 4 A Loteria Esportiva promoveu e incentivou o Campeonato Nacional, fornecendo parte dos recursos financeiros advindos das apostas para a promoção dos jogos em território nacional. (FERREIRA, 2012). 7 No compasso da “unidade nacional”, a Loteria Esportiva buscou promover a adesão da totalidade dos brasileiros, incentivando também as pessoas que a princípio não entendiam/não gostavam de futebol a fazerem suas apostas. (STEIN, 2014; PLACAR, 1970).” (2012, p. 275-277).

A Loteria Esportiva também deixou um legado significativo na cultura popular brasileira, sendo mencionada em músicas, programas de televisão e outras formas de mídia. “O programa dominical, Fantástico, da Rede Globo de Televisão, também ajudou muito na popularização da loteria, sobretudo, com o famoso ‘quadro da zebrinha’, que à noite dava o resultado dos jogos” (Ribeiro, 2021, p.55).

Entretanto o seu grande marco se tornou a viabilidade de concretizar um campeonato nacional que abrangesse todos os estados do Brasil, lidando com os já conhecidos obstáculos das dimensões continentais do país.

Além de toda a questão relacionada a um país de tamanhos continentais e com pouco desenvolvimento da malha ferroviária e rodoviária, haveria outra questão a ser percebido:

A trajetória histórica do Campeonato Brasileiro de Clubes em sua primeira década de existência revela ineficiências que corroboram para a ascensão de discursos em prol de um futebol técnico e financeiro ao final dos anos de 1970 (Schatz, 2016, p.306).

3.3 Nasce o Campeonato Nacional de Clubes

O Campeonato Brasileiro surge em um contexto que futebolisticamente o favorece, com o tricampeonato mundial conquistado no México, e com certa pressão da imprensa esportiva, em especial da *Revista Placar*, que surge na década de 1970, com intuito de ser uma extensão da própria Loteria Esportiva. Entretanto, além do fator integracional, também entram em jogo os interesses dos clubes, os interesses regionais de cada liga prejudicaram o desenvolvimento de uma liga nacional. Cada um deles tem seus próprios planos políticos para o futebol local (Ribeiro, 2021).

Assim, as críticas da Placar foram endossadas por toda a imprensa esportiva,

aumentando o coro contra os dirigentes, aos militares e até mesmo a CDB na pessoa de Havelange. A desconfiança sobre os objetivos desse último já pairavam sobre aqueles que acompanhavam o futebol, “acreditava-se que o principal interesse de Havelange seria a presidência da entidade máxima do futebol, a FIFA, usando a confederação como trampolim para atingi-la” (Santos, 2012, p.78).

Havia outras propostas que estavam sendo gestadas junto da criação de um campeonato de cunho nacional, como melhoras no calendário, mudanças na forma de administração e assim por diante. Porém o grande fator que levou ao impulsionamento e criação de um torneio de dimensões nacionais que buscasse ser mais autêntico, veio pela intervenção militar.

Diante de um ótimo momento, que era favorável ao regime e observando a capacidade que o esporte tinha para atingir as massas, era a oportunidade de criar um torneio. Conforme Santos:

Embalados pelo sucesso da seleção e pelo grande apoio popular na conquista da copa, políticos e dirigentes visavam à organização de um campeonato de futebol nacional que pudesse contemplar todas as regiões do Brasil. Esse plano de ter times de diversas regiões do país ia na mesma linha do plano de integração nacional, que visava criar uma unidade maior entre as diferentes regiões do Brasil, e também estimular o crescimento de áreas antes isoladas e esquecidas. E, assim como a aplicação de políticas desenvolvimentistas, o futebol também faz parte desse processo (2015, p.60).

As ligações que permeiam essa concepção de utilizar o futebol como modo de integrar a nação, em especial aos clubes, apresentam nuances interessantes. Inicialmente o futebol de clubes não seria o ponto de partida para buscar essa integração. Entretanto, o título mundial leva como consequência a busca pela continuidade do êxtase, como o próprio entendimento de pertencimento à nação, “há uma mudança fundamental no entendimento sobre a capacidade integradora do futebol” (Schatz, 2016, p.305).

Como comentado anteriormente, o futebol sempre teve forte presença dentro da sociedade depois de sua popularização, que esteve como pano de fundo de disputas sociais e políticas em todos os estágios, regional a nacional. Diante disso, e das dificuldades conhecidas, o futebol brasileiro sempre se pautou no regionalismo como a sua principal força, algo explicitado aqui pela disputa de cariocas e paulistas pelo controle do futebol nacional que gerou a CDB. Este mesmo regionalismo que um dia foi um obstáculo, acabou futuramente se tornando uma das principais características do futebol nacional. Como apresenta Santos:

O regionalismo que foi de fundamental importância para a composição do Campeonato Brasileiro nos anos 1970, e mostrou-se decisivo nas diferentes formas

de cobertura da imprensa, hoje é a principal característica deste torneio. O futebol “feio e duro” do sul do país entra em confronto com o descompromisso e a leveza do futebol carioca, rival do profissionalismo paulista que, por sua vez inveja a empolgação e assiduidade dos torcedores nordestinos. As longas viagens de avião e os jogos disputados em diferentes climas são aspectos exaltados no atual futebol hoje pentacampeão mundial (2012, p.95).

Ao passo que a predominância de torneios estaduais e regionais, como o caso do Torneio Rio-São Paulo, ou em casos menos lembrados, como o Torneio Norte Nordeste (1968-1970), que também foi cancelado e organizado pela CBD. Diante de mais uma barreira, essa persistente, pois muitos clubes consideravam que os torneios estaduais eram mais importantes que a Libertadores, assim, para os militares, “um futebol concentrado em regiões deveria ser superado por um esporte capaz de abranger e aproximar os territórios nacionais.” (Schatz, 2016, p. 312).

O clima de euforia que o Brasil atravessa após a campanha vitoriosa no mundialito de 1970, apresentava aos militares um clima favorável, e ares de autenticidade. Esse precisava a todo modo ser continuado, em todas as vertentes possíveis. O Torneio Roberto Gomes Pedrosa, antes visto como um torneio bem sucedido, torna-se “obsoleto” para o regime, não se podia mais ter um torneio brasileiro que apenas escolhia os privilegiados, era necessário integrar, para que todos pudessem ter a oportunidade de participar. Assim, “o Campeonato Brasileiro teria surgido guiado por novos valores, dentre os quais se destacaria a ideia de integração nacional” (Massarani, 2021, p.8).

Os clubes, inicialmente, não pareciam demonstrar uma capacidade de união. Um grande exemplo é o Sampaio Corrêa, do Maranhão, clube de futebol de grande interligação com a classe trabalhadora, recebendo o alcunhado de “Clube do Povo”, “O Mais Querido da Cidade” pela capacidade de conquistar adeptos e gerar comoção em bairros periféricos, como também pela cores em verde, vermelho e amarelo que se assemelha as cores da Bolívia, e que tem semelhança com a bandeira da religião rastafari, um dos movimentos políticos religiosos da Jamaica e que se popularizou graças ao reggae, assim, tornando o símbolo do clube, próximo ao símbolo fortemente cultural e popular na cidade de São Luís e no estado.

Entretanto essa diversidade presente no futebol nacional, também seria um grande demonstrativo da multiculturalidade que é a marca da nação, sendo assim, uma representação do brasileiro e de sua possível essência. Para Massarani:

A segunda perspectiva se concentra nos clubes, pois é fundamental observar que a expansão do Campeonato Brasileiro não apenas leva partidas do torneio para diferentes Estados do país, mas faz com que os clubes destes Estados participem de um evento de caráter nacional, o que definitivamente é um processo que produz significados diferentes. O que se deseja argumentar é que com a expansão do Campeonato Brasileiro, os torcedores, ao acompanharem seu time de preferência –

via rádio, televisão, jornal, revista ou mesmo indo aos estádios –, passam a entrar em contato com cores, uniformes, jogadores, mascotes, escudos e outros símbolos de clubes adversários de diferentes regiões. Apesar de os símbolos clubísticos não serem propriamente nacionais (embora em alguns contextos até possam ser apropriados como tais), entende-se que o reconhecimento de símbolos os mais diversos, por parte de torcedores de clubes tão diversos quanto, reforça a construção de uma comunidade de caráter nacional no sentido de que estes se constituem como símbolos de clubes integrantes de uma mesma nação. A mesma linha de pensamento pode ser acionada para discutir a formatação da Loteria Esportiva, que incluía times de todos os Estados do país, fazendo com que os apostadores tivessem que conhecer as chances de clubes de todas as regiões para aumentar as possibilidades de ganhar no jogo. Portanto, compreende-se que tanto o Campeonato Brasileiro quanto a Loteria Esportiva consistem em produtos culturais através dos quais o Governo Médici construiu representações desejando incentivar nos brasileiros o sentimento de que faziam parte de uma mesma comunidade na medida em que, independentemente das fronteiras estaduais que os separavam, certos símbolos e conhecimentos deveriam ser identificados e até compartilhados por membros de toda a nação (2021, p.15).

A partir destes objetivos, nasce o Campeonato Nacional de Clubes, anunciado ainda no início de 1971, pelo presidente da CBD em vigor, João Havelange, que encabeçando a sua campanha rumo à presidência da FIFA, conseguiu conquistar votos das demais federações sul-americanas, porém não queria enfrentar problemas políticos no seu próprio país (Santos, 2012). Como também buscava não desagradar dirigentes locais e regionais, em que Santos aborda:

O coronel José Guilherme, o general Oldenor Maia e Rubem Moreira, presidentes das federações mineira, cearense e pernambucana, respectivamente, tiveram seus pedidos atendidos: desejavam fortalecer seu capital político com a criação do Campeonato Nacional. O nordeste assim, ganharia mais dois representantes em comparação ao número de participantes do Robertão. Eram dois de Pernambuco (um a mais que em 1970) e outro do Ceará, somados a vaga da Bahia. Minas Gerais seria representada por três clubes (2012, p.84).

Outra questão que deveria ser resolvida era dos clubes gaúchos, que contrários a criação do torneio, tiveram que receber algum tipo de compensação, aumentando o número de participantes deste estado, além claro de que o Brasileiro seria disputado de forma bastante curta, em apenas três meses, o foco continuaria sendo os torneios regionais e estaduais (Santos, 2012).

O Campeonato seguiria a fórmula usada no “Robertão”, em que:

estariam vinte clubes divididos em duas chaves, disputando três etapas para se conhecer o campeão: preliminar (todos os times da chave jogavam entre si), semifinal (os cinco clubes mais bem classificados de cada chave seriam divididos em dois grupos, A e B, e jogam todos entre si, em turno e retorno) e a final (duas equipes de cada grupo se classificam por pontos ganhos, todos jogam entre si e desta forma seria decidido o primeiro campeão do Brasil) (Santos, 2012, p.85).

O grande diferencial deste regulamento, seria a classificação por meio das rendas

dos clubes, em que aqueles que tivessem a melhor renda nas partidas, estariam classificados para a segunda fase, regulamento este, que diante de algumas polêmicas como a compra de ingressos pelos clubes, levou a alteração, ainda com o campeonato em andamento. O primeiro Campeonato Nacional contava com os mesmos estados participantes do antigo “Robertão”, com pequenas alterações apenas com os clubes participantes.

Também era proposto neste regulamento, o acesso dos clubes que não foram incluídos no Campeonato Nacional, só aconteceria com o atendimento a alguns critérios:

A separação em duas divisões abria aos clubes da primeira divisão a possibilidade de subir à divisão extra (onde se encontravam os principais clubes) desde que atendessem ao mínimo de exigências de “caráter profissional”, principalmente um estádio e condições para receber as delegações visitantes (Santos, 2012, p.85).

O primeiro brasileiro foi vencido pelo Atlético Mineiro no ano de 1971, em um triangular final contra o Botafogo e o São Paulo Futebol Clube do estado de São Paulo, e o campeonato até foi considerado um sucesso, porém ainda recebeu críticas, principalmente pela baixa qualidade técnica,

o campeonato precisaria de melhorias. Comparado com os anos anteriores, público e renda foram maiores, porém a qualidade técnica, pior. Com dois jogos na semana, pouco restava a treinadores e preparadores senão manter a forma inicial dos jogadores, o que acarretou em times mais preocupados em se defender e placares com poucos gols anotados (Santos, 2012, p. 98).

Não apenas a questão das grandes quantidades de jogos e a baixa qualidade técnica, outros pontos podem ser debatidos, primeiro a preferência aos aspectos políticos e não esportivos, que não alteraria as estruturas rudimentares do futebol nacional e que dificultaria até mesmo a escolha dos participantes, deixando muitas confederações de fora (Santos, 2012). Isto foi um problema tão latente que elevou críticas a Havelange e gerou tanta revolta que alguns clubes que não foram relacionados, liderados pela presidente do Goiás, criaram um torneio paralelo, de nome “Torneio da Integração Nacional”:

Apesar da proposta de integração nacional a primeira edição do Campeonato Brasileiro excluiu clubes de alguns estados que manifestaram descontentamento. Foi o caso dos clubes de Goiás que organizaram uma competição paralela ao certame nacional nomeada de Torneio de Integração Nacional. É interessante notar que o ideal de integrar e interiorizar o Brasil via futebol estava arraigado de maneira a influenciar a iniciativa particular dos clubes goianos. Provavelmente esta condição explique o apoio concedido pela CBD ao Torneio da Integração Nacional o que levou Baltasar de Castro (Federação Goiana de Futebol) a convidar clubes dos estados do Pará, Amazonas, Ceará, Guanabara, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do sul e Pernambuco, além das principais equipes de Goiás (Schatz, 2016, p.318).

Os clubes que não foram contemplados com vagas para o Campeonato Nacional

de Clubes, acabaram sendo direcionados para o Campeonato Nacional de Clubes da Primeira Divisão¹⁶. É importante ressaltar que muitos clubes discordaram de participar desse torneio, como o caso anteriormente citado, marcado pela sua péssima organização, em que os campeões não poderiam ascender para a primeira divisão.

O campeonato foi composto por 23 equipes na primeira fase, sendo que quatro avançaram automaticamente para a segunda fase, as demais equipes foram agrupadas de acordo com regiões geográficas. As equipes se revezam na competição dentro de cada grupo, com o vencedor de cada grupo avançando para a próxima fase. Na segunda fase, as nove equipes restantes foram divididas em quatro grupos. São apenas duas equipes no primeiro, segundo e terceiro grupos, em um sistema de mata-mata de ida e volta, o vencedor de cada grupo avança para as semifinais, o quarto grupo teria apenas três equipes, onde apenas o vencedor seguiria na competição. Por fim, as semis seriam compostas por quatro equipes em formato de mata-mata e disputa em jogos de ida e volta. Em caso de empate, será disputada uma terceira partida. Os vencedores avançam para a final no mesmo sistema de ida e volta.

O grande vencedor deste campeonato e que depois, com reconhecimento da CBF aos antigos campeonatos nacionais, se tornaria o primeiro campeão da Série B, no caso a equipe do Villa Nova Atlético Clube de Minas Gerais, em final disputada contra o Clube do Remo do Pará. Também ocorre crítica por parte geral da imprensa pela possível adesão de outros clubes a competição, e também os números de jogos em relação às datas,

O grande problema apontado não era tão somente o aumento do número de participantes, mas sim a manutenção das datas disponíveis, ou seja, o mesmo número de semanas com mais jogos. Isto resultaria em deterioração na qualidade do espetáculo e no aumento das distâncias naquela fórmula considerada ideal: turno e retorno com pontos corridos (Santos ,2012, p.98).

O segundo Campeonato Nacional de Clubes, este no ano de 1972, contaria com aumento de clubes, uma medida previamente abordada antes por João Havelange, como uma promessa feita ainda no primeiro nacional, buscando evitar os torneios paralelos ou mesmo a insatisfação de dirigentes e líderes regionais, como destaca Santos:

Além da alteração da fórmula de disputa, no segundo Campeonato Nacional seis novos clubes foram absorvidos, o que significou a duplicação do número de vagas dos clubes nordestinos e a inclusão da região Norte, com a presença de uma vaga para o Pará e outra para o Amazonas (2012, p.100).

Estes líderes regionais, assim como os militares, também observam no futebol, a possibilidade de ascenderem politicamente, e até mesmo a oportunidade de fomentar alguns

¹⁶ No caso, esta era a segunda divisão nacional, e que ironicamente é o nome atual dado ao Campeonato Brasileiro

currais eleitorais. A força que o futebol exerce sobre a política, era tanta que muitos jogadores e dirigentes conseguiam chegar ao cenário político, graças à credibilidade conquistada dentro de campo. “Nas eleições de 1974 Djalma Campos, ídolo do Sampaio Corrêa, tentava bater mais um recorde nas urnas do Maranhão, enquanto Piazza já era vereador em Belo Horizonte” (Santos, 2012, p.108).

E quando pensamos essa questão de apoio político por meio do futebol, não apenas os políticos favoráveis ao regime e do partido da ARENA foram privilegiados pelo capital político proposto pelo futebol, políticos da MDB também foram beneficiados:

Muitos prefeitos de cidades do interior do Brasil eram do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição até 1979. Eles também requeriam uma maior atenção para os seus municípios. Além deles, os deputados do MDB também necessitavam de maior visibilidade política, se desejavam manter os seus cargos políticos nas eleições seguintes (Ribeiro, 2021, p.56-57).

Os jogos de interesse tomavam conta da CBD, aqueles que tivesse melhor capacidade de negociação e força política, conseguiriam obter vagas, não à toa a participação dos clubes se torna uma questão de interesse estadual, a ponto de unir governadores ou prefeitos com dirigentes para obtenção de vagas e representação de seu estado e sua cidade:

Nas edições posteriores do campeonato brasileiro, podemos observar a íntima relação entre os interesses do regime militar e da política regional. O número de clubes participantes cresce gradativamente. A exposição dos clubes e de suas cidades com o incremento da competição, passa a interessar prefeitos, governadores, deputados etc. que desejavam expor seus municípios e, conseqüentemente, receber dividendos políticos por isto (Ribeiro, 2021, p.56).

O regulamento do Campeonato Nacional se manteve relativamente o mesmo do ano anterior, mantendo os acréscimos dos clubes dos estados citados, e a mudança da disputa da fase final, em que as semifinais seriam disputadas em formato mata-mata com jogos ida e volta e a final em jogo único. O título acabou ficando com o Palmeiras, que conseguiu seu quinto campeonato e se consagraria o apelido de “A Academia”¹⁷.

Alguns pontos que valem ser abordados nesse segundo campeonato é a maior participação da Loteria Esportiva, o patrocínio estatal, a principal daquele certame, permitiu que as longas distâncias pudessem ser percorridas sem maior prejuízo aos cofres dos clubes, pois “a Caixa Econômica Federal pagava as passagens dos clubes com recursos da Loteria Esportiva” (Santos, 2012, p.127). Como também funcionou como uma estratégia do próprio regime para indicar uma centralização e mesmo uma intervenção direta, demonstrando a

¹⁷ Um apelido dado ao time do Palmeiras por toda a mídia brasileira e torcedores de diversos times, primeiro na década de 60 e depois na década de 70 (“Segunda Academia”), devido ao altíssimo nível atlético e técnico demonstrado pelos jogadores ao jogar futebol, também conhecida como a “Academia do Futebol”.

participação do governo no futebol, pois os clubes tinham mais interesse em receber as verbas da loteria. Depois que a CBD rejeitou a solicitação dos clubes que queriam a transferência direta do montante referente às vinte e cinco passagens aéreas para o transporte de suas equipes entre os estádios (Santos, 2012).

Inicialmente a loteria foi de grande ajuda para a continuidade do torneio, entretanto com o passar do tempo, vários problemas começaram a surgir em volta da competição, uma delas foi a insuficiência de verbas repassadas, que seria prejudicial aos clubes:

A renda obtida pela Loteria Esportiva não era suficiente para cobrir estes gastos crescentes. Os clubes do Sudeste e do Sul, que conseguiam lucrar mais com a arrecadação das bilheteiras dos estádios (ainda mais quando iam jogar no interior do país, recebendo bolsas de organizadores dos jogos) continuavam em vantagem em relação aos clubes de outras regiões mais pobres (Ribeiro, 2021, p.58).

Segundo, o critério utilizado para adição de clubes no campeonato. Houve uma interessante coincidência, todos os estados a pleitear as vagas para a temporada de 1972, tinham recebido obras de infraestrutura do governo militar, principalmente de estádios de futebol, com uma capacidade acima dos 50 mil lugares, configurando como uma grande praça esportiva, principalmente em estados onde o futebol não era desenvolvido ou não chamava grandes públicos, exemplo do estado do Mato Grosso, como demonstra Schatz:

É importante destacar que se o Campeonato Brasileiro de Clubes serviu à propósitos de integração e interiorização nacional, foram necessárias expansões de infraestruturas, como equipamentos esportivos, e também subsídios governamentais. Durante o regime civil-militar o Brasil viveu um boom na construção de estádios de futebol como o estádio Governador Magalhães Pinto (MG) em 1965, o estádio Beira-Rio (RS) inaugurado em 1969, o estádio Estadual Lourival Baptista (SE) em 1969, o estádio Vivaldão em 1970 (AM), o estádio Otávio Mangabeira conhecido como Fonte Nova (BA) e o estádio Universitário Pedro Pedrossian (MT) em 1971, entre outros exemplos. Estes equipamentos urbanos contribuíram para a difusão do futebol, popularização dos clubes e das competições esportivas, sobretudo, o Campeonato Brasileiro de Clubes (2016, p.319).

Houve até mesmo um indagação sobre o que teria surgido primeiro, ou mesmo qual foi o fator que levaria por consequência a outro, se o Campeonato Nacional levou ao Estádios ou vice-versa, o que é respondido por Santos:

o grande desafio desta equação é saber o que veio primeiro: os estratosféricos estádios e a necessidade de um grande campeonato para dar utilidade aos “elefantes brancos”, ou um campeonato de grandes proporções e a necessidade da construção de maiores estádios. A julgar pela data da construção dos grandes estádios no Brasil durante os tempos de excesso dos militares-políticos, a resposta é objetiva: primeiro vieram os estádios (2012, p.87).

Os números totais de estádios que foram construídos ou mesmo ampliados, chega

a cinquenta e dois durante todo o período, todas as arenas tinham formato muito semelhante e parecido, isso graças ao Arquiteto Gil César Moreira, responsável por estar a frente da construção do Estádio Governador Pinto Magalhães, conhecido como Mineirão em Minas Gerais, e que lhe deu prestígio para estar à frente do projeto em muitas outras praças esportivas:

Com o sucesso do Mineirão e seu trânsito entre os políticos governistas da ditadura, Gil César foi convidado a chefiar as obras do Morenã em Campo Grande, do Albertão em Teresina, do Amigão em Campina Grande, do Almeidão em João Pessoa, e do Parque do Sabiá em Uberlândia (Leal, 2022),

O Maranhão também foi contemplado com um estádio durante este período, entretanto ocorreu já no fim da ditadura, no ano de 1982, porém o estilo seria semelhante aos anteriores, receberia o nome de um político ligado à ditadura, Estádio Governador João Castelo, e a inauguração no dia 1º de Maio de 1982.

O Campeonato Brasileiro da Segunda Divisão, como foi conhecido esta edição, teve a peculiaridade da participação de apenas clubes de futebol do nordeste, que em novo regulamento, contou com vinte e três equipes, divididos em quatro grupos, sendo três grupos de seis equipes cada e um grupo com cinco integrantes, cada grupo com jogos de ida e volta em que as duas equipes com os melhores de cada grupo avançaram para a segunda fase da competição. Nesta segunda fase, as oito equipes restantes são divididas em dois grupos, quatro para cada grupo, que jogariam novamente em turno e retorno, o melhor classificado de cada seguiu à final. A final será disputada em jogo único. Se houver empate, entrará na prorrogação, e a persistência do empate, o título seria resolvido na cobrança de pênalti.

Assim a final foi disputada pelo Sampaio Corrêa que sairia vencedor na disputa de pênaltis contra a equipe do Campinense Clube da Paraíba. Esta seria a última disputa de segunda divisão que aconteceria ainda na ditadura militar, voltando apenas com a fundação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), encarregado de coordenar o Campeonato Brasileiro de 1980 no primeiro semestre com base no sistema de regionalização, além de dar início a uma significativa diminuição no número de clubes a partir de 1981 (Santos, 2012).

O Campeonato Nacional de Clubes de 1973, o último ainda com o Governo Médici e tutela de João Havelange marca um aumento significativo de participantes, de vinte e seis para quarenta equipes, junto da abolição da Segunda Divisão, onde vinte estados seriam representados, excluindo os representantes dos estados do Rio de Janeiro, Acre e Paraíba. Em relação a fórmula, a primeira fase seria disputada em dois turnos, o primeiro turno é dividido em dois grupos, cada grupo tem vinte equipes; o segundo turno é dividido em quatro grupos,

cada grupo tem dez equipes. As vinte primeiras na classificação geral seguiram para a segunda fase.

A segunda fase do brasileiro seria disputada em turno único, com divisão dos clubes em dois grupos, com dez equipes em cada grupo. O primeiro e o segundo colocados de cada grupo serão determinados para avançar à final. A Final do certame nacional estaria sendo disputada em formato quadrangular com turno único, o vencedor seria o time com melhor desempenho no período final.

Brasileirão este vencido novamente pela equipe do Palmeiras, em quadrangular disputado contra o Internacional, Cruzeiro e São Paulo, consagrando o bicampeonato consecutivo e seu hexacampeonato nacional, no ano de 1974 o mesmo número é mantido, porém a chegada de Almirante Helenos Nunes torna exponencial o crescimento do campeonato brasileiro:

O crescimento da competição veio junto com a crise econômica. Em 1974 era caracterizada pela alta dos preços do petróleo no mercado mundial. Retornavam a inflação e o endividamento externo, mostrando assim os limites do milagre e começando a dar os primeiros sinais do desgaste do regime ditatorial. “Onde a Arena vai mal, um time no nacional”. O lema tomou conta do Campeonato Brasileiro a partir de 1974, quando a derrota da Arena nas eleições fez com que o governo Geisel iniciasse uma prática clientelista através do futebol, integrando nacionalmente as cidades através da inclusão de clubes na competição nacional. De 42 times em 1975, o Brasileirão saltou para 94 participantes em 1979 (Santos, 2015, p.61).

O futebol na ditadura tornou-se muito mais instrumentalizado, a ponto de que a própria qualidade e a saúde dos clubes financeiros estivesse prejudicada, o que gerava intensas críticas de dirigentes e da imprensa esportiva:

A insatisfação não estava restrita apenas aos dirigentes cariocas. Ainda encarado como uma maratona futebolística desgastante, o Campeonato Nacional era tido como um dos grandes responsáveis pelas dívidas dos grandes clubes brasileiros. Os descontos na renda que beneficiavam as federações locais, o INPS, as associações de cronistas esportivos e até mesmo a associação de escoteiros (nos jogos realizados no Rio de Janeiro) garantiam receitas para diversas instituições, fazendo do futebol um poderoso provedor, enquanto os clubes amargavam prejuízos principalmente em jogos de menor expressão. O presidente do Vitória da Bahia, Carlos Palma, garantia: “O campeonato brasileiro só é lucrativo para os hotéis, companhias de aviação, CBD e as federações. Mas não para os clubes.” (Santos, 2012, p.126).

Entretanto a integração não resultou em uma desconcentração das forças do futebol nacional, já que as equipes de futebol da Região Sul-Sudeste, muito pelo seu poderio financeiro, continuavam sendo as mais fortes, como uma outra prova que o certame nacional serviu apenas aos propósitos integracionista e políticos, não possibilitando de fato a inclusão de clubes de pequeno e médio porte (Schatz, 2016).

Em que o esporte bretão teve uma verdadeira centralidade dentro desta construção

e que em dados momentos, ele foi o ponto central e particular de ação, para além da propaganda, tentar se comunicar com as classes mais baixas, o que ficou muito mais evidente com os demais governos militares após Médici:

As medidas adotadas pelo Governo Médici aqui estudadas colocam em relevo a centralidade adquirida pelo futebol no processo de estímulo ao sentimento de integração nacional em ação no início da década de 1970, reforçando que a construção da nação brasileira então se desenvolvia de uma forma singular e alternativa àquelas que se baseavam no que DaMatta (1982) chamou de instituições centrais da ordem social. Há de se ressaltar ainda que a participação do futebol como fonte de criação da identidade brasileira não se daria “de cima para baixo”, ou seja, não é uma imposição do governo aos cidadãos. Se a ideia de integração nacional era um valor central para o Governo Médici, esta ideia precisava ser comunicada através de produtos e práticas culturais que interessassem às classes populares. E no contexto do início dos anos 1970, o futebol interessava – e muito! – às classes populares (Massarani, 2021, p.20).

Por fim, aquilo que foi visto como uma solução para modernizar o futebol nacional, demonstrou-se prejudicial aos clubes de futebol e incapaz de frear o crescimento da oposição e o processo de abertura política e de democratização que estava envolta da sociedade.

Dessa forma, foi possível notar que o futebol atuou como uma estratégia voltada para o fortalecimento de um sentimento de integração nacional, contribuindo para legitimar tanto suas ações quanto seu próprio governo (Schatz, 2016). Seja pela ocupação territorial com a construção de estádios em todas as regiões e pela Loteria Esportiva, ocupar o espaço vital era essencial, de todas as formas.

O futebol durante o regime militar não pode ser visto de forma dissociada da realidade, que foi algo à parte, que nunca esteve envolvido para usos políticos, ao mesmo tempo que buscou ser uma forma de alienação e controle, também se tornou futuramente a voz da liberdade, e que o esporte, principalmente no Brasil, consegue ir além de apenas um jogo.

4. O Nacional pela visão do Correio da Manhã

4.1 O Correio da Manhã e o uso do Jornais na pesquisa histórica

Desde os primórdios da história da humanidade, a comunicação tem sido uma busca constante. Inicialmente, por meio da oralidade e, posteriormente, com o uso de imagens, como as pinturas rupestres. A escrita, surgida na Mesopotâmia com os sumérios e sua escrita cuneiforme, representou um marco na transmissão de informações.

A evolução continuou com o advento dos livros. Johannes Gutenberg, na Alemanha, introduziu a primeira prensa com tipos móveis, uma inovação revolucionária para a época. Essa técnica permitia a produção rápida e econômica de livros. A reutilização dos tipos móveis e a impressão de múltiplas cópias do mesmo texto foram avanços cruciais.

Antes da imprensa, os livros e documentos eram copiados à mão por escribas, um processo demorado e custoso. A invenção da imprensa mudou tudo. Ela possibilitou a disseminação em massa de notícias e informações, transformando a maneira como as pessoas acessam e compartilham conhecimento. Ideias e visões, antes restritas a grupos elitistas como a nobreza e o clero, encontraram uma fonte para divulgação ampla. O tripé da produção massiva de jornais – máquinas de impressão, seres humanos letrados e papel – marcou um novo capítulo na história da comunicação e do conhecimento humano.

Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de um hábito de consumo, fácil de manusear e descartável – o jornal rapidamente ganhou as massas, armou-se de suas máquinas e se revestiu de seus papéis, pronto a se tornar parte do cotidiano da vida citadina e um dos seus símbolos mais imediatos (Barros, 2021, p.405).

A invenção da imprensa por Johannes Gutenberg no século XV foi uma das maiores revoluções da modernidade. Antes disso, a produção de livros era manual e artesanal, mas com a imprensa, tornou-se uma produção em série, mecanizada. A máquina de imprensa de Gutenberg utilizava tipos móveis de chumbo para imprimir inúmeras cópias de um mesmo texto em questão de horas. Isso permitiu a disseminação rápida e ampla de conhecimento.

A Bíblia foi o primeiro livro impresso por Gutenberg, e essa inovação tornou os livros, panfletos e outros materiais impressos muito mais acessíveis. A tecnologia de impressão se espalhou pela Europa, com imprensas estabelecidas em cidades como Veneza, Paris e Londres, facilitando a disseminação de ideias e informações.

A imprensa também desempenhou um papel fundamental em movimentos históricos, como a Reforma Protestante e a Revolução Científica, a partir de textos religiosos e científicos que desafiaram as autoridades da Igreja Católica e da Santa Inquisição. No

entanto, ao mesmo tempo em que a imprensa se expandia, a censura também coexistia. Como afirmou Barros (2021, p.415), “A história da censura acompanha a história da imprensa”.

No século XVII, surgiram os primeiros jornais. Em 1605, foi publicado o “Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien” em Estrasburgo, considerado um dos primeiros jornais da história. No século XVIII, a imprensa jornalística se expandiu, com jornais sendo regularmente publicados em várias cidades europeias. Na América Portuguesa, o primeiro jornal a surgir foi o “Correio Braziliense” em 1808. Esses jornais se tornaram fontes cruciais de notícias e informações para o público da época.

A Revolução Industrial trouxe inovações significativas à tecnologia de impressão, como as prensas a vapor e as rotativas, que aumentaram a velocidade e a capacidade de produção. A industrialização em grande escala resultou na produção de jornais, livros e revistas que se tornaram acessíveis a um público cada vez maior, embora ainda estivessem distantes de uma possível democratização.

No final do século XX e início do século XXI, a imprensa enfrentou novos desafios com a ascensão da internet e das mídias digitais, transformando a forma como as notícias e informações chegam ao público, bem como sua disseminação, produção e consumo.

Os jornais demonstram ser uma fonte valiosa para a pesquisa histórica, fornecendo um registro detalhado e contemporâneo dos eventos, da cultura e das opiniões de uma época específica. Muitos de seus autores ou editores estavam presentes nos eventos ou eram testemunhas desses momentos.

Em teoria, os jornais registram acontecimentos diários, facilitando a construção de uma linha do tempo com maior precisão em relação aos eventos históricos. Eles oferecem a perspectiva da imprensa que vivenciou esses eventos, permitindo que os historiadores entendam como os fatos foram percebidos na época por determinados jornais.

Estudar a linguagem usada nos jornais pode revelar mudanças no vocabulário, no estilo e nas normas sociais ao longo do tempo. A evolução do design dos jornais, desde a tipografia até o layout e o uso de fotografias, reflete os avanços na tecnologia e as mudanças nas práticas de comunicação.

Os editorialistas e colunistas expressam opiniões que refletem os valores aos quais eles acreditam, representando atitudes da sociedade naquele momento ou mesmo aquilo que acreditam ser a atitude correta, mesmo que não seja uma opinião popular. As seções de entretenimento, moda e anúncios comerciais ilustram aspectos da vida cotidiana e das tendências culturais, bem como uma lógica mercadológica que muitas vezes servia como guia para determinados jornais, além de agradar ao público. Segundo Lapuente: “Assim, assistimos

a um cerceamento da autonomia do jornalismo em prol dos interesses de mercado defendidos pela imprensa.” (2016, p. 25).

Entretanto, para a historiografia em geral, incluindo os historiadores brasileiros, o uso de jornais e periódicos como fontes históricas era visto de forma bastante questionável, seja pela veracidade das informações ou mesmo por sua função, como aborda Leite:

os pesquisadores desprezavam os periódicos por considera-los um documento subordinado aos grupos dominantes, reproduzindo apenas seus interesses e ideologias, de outro, a imprensa representaria o espelho da realidade, imparcial e neutra, reproduzindo os eventos tal qual como ocorreram (2015, p.7).

Outro obstáculo para o aprofundamento em relação a esse tipo de fonte também está no estudo da história recente, que apresentava desafios e dificuldades aos historiadores que se dedicaram a essa área.

É importante salientar, de início, que a reflexão sobre esse passado recente representa um desafio para o pesquisador que viveu e participou das lutas da época. Trata-se não apenas de uma “história do tempo presente”, com todos os desafios metodológicos que ela coloca, mas de uma história da qual muitos que dela participaram são testemunhas vivas desse tempo (Capelato, 2014, p. 301).

Assim, para os historiadores que se dedicam a investigar o tempo presente, viver entre a possibilidade de analisar a época e, ao mesmo tempo, denunciar muitas das ações desse período, requer um equilíbrio delicado. O historiador deve dosar ambas as perspectivas.

Os periódicos se tornam fontes muito frutíferas, pois fornecem descrições diretas de eventos, enquanto entrevistas e depoimentos diretos são fontes primárias valiosas. Além disso, oferecem análises e interpretações que ajudam a entender o contexto e as implicações dos eventos.

Outra vantagem é a possibilidade de apresentar visões variadas sobre o mesmo evento, especialmente se os periódicos possuem diferentes orientações políticas ou ideológicas. Essas orientações podem ser explícitas para os leitores ou atribuídas de forma mais sutil, dependendo do contexto, permitindo observar detalhes interessantes de cada sociedade:

Por meio dos jornais, é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes. Debates e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais, eventos culturais, podem ser localizados nos diversos espaços que compõem os periódicos (Leite, 2015, p.9).

Além dos jornais considerados da grande imprensa, a imprensa alternativa pode oferecer perspectivas de grupos marginalizados ou opositores ao status quo. Jornais locais são

particularmente úteis para estudar a história de comunidades específicas, fornecendo informações que podem não ser cobertas pela imprensa nacional.

Além disso, jornais de menor circulação e alcance podem ainda analisar a região e o período investigado através de todo o seu contexto e até mesmo anúncios de serviços e produtos (Leite, 2015).

O avanço nesta área ocorre pela alteração da visão em relação aos jornais como fontes, bem como na própria historiografia, principalmente com o movimento conhecido como a Escola de Annales,

cabe destacar que desde o advento dos Annales vão ocorrer mudanças na concepção daquilo que é fonte documental, com uma ampliação significativa da fonte de pesquisa histórica. Nesse alargamento, eram aceitos desde objetos de cultura material a obras literárias, séries de dados estatísticos, até imagens iconográficas, de canções aos testamentos, de diários particulares anônimos aos jornais que poderiam ser, agora, usados pelo historiador, sendo essa “revolução documental” e a nova definição daquilo que é fonte histórica uma das grandes novidades trazidas pelas primeiras gerações dos Annales. Essa abertura, simultaneamente, acompanhava a concepção de uma história-problema, embasada a problemáticas e hipóteses no início da pesquisa, a um apelo à interdisciplinaridade e a inovadora proposta de história total por parte dos Annales (Reis, 2000; Barros, 2012).

Na historiografia brasileira, a mudança de perspectiva ocorre na terceira geração dos Annales, por volta da década de 1970. Nesse período, muitos estudos passaram a abordar diretamente esses documentos, impulsionados pela disponibilidade de arquivos físicos e com o advento da internet, pelas mídias digitais. Bibliotecas e instituições especializadas oferecem acesso a essas coleções, seja presencialmente ou online.

Por exemplo, a Biblioteca Nacional disponibiliza seu acervo gratuitamente na internet, permitindo a realização de diversos estudos, incluindo o que estou escrevendo.

No entanto, é importante reconhecer que esses estudos ainda enfrentam desafios. A impossibilidade de acesso a muitos arquivos de jornais e a deterioração física desses periódicos dificultam a investigação qualitativa por parte dos historiadores. Mesmo com avanços, há retrocessos.

Alguns historiadores se destacaram no crescimento dessa área de estudo. Clássicos como Nelson Sodr  Werneck (1966), Maria Helena Capelato (1988) e Tânia de Luca (2005) contribuíram com obras valiosas para o progresso da historiografia e dos estudos do período recente.

Em resumo, ao abordar essas fontes, o historiador deve considerar o contexto das publicações, a credibilidade do jornal em sua época e público, bem como possíveis vieses ideológicos dos autores e proprietários. Além disso, a verifica o das informaçoes contidas

nos jornais é fundamental, como destaca Leite:

os periódicos não são transmissores imparciais e neutros, como outrora foram vistos, o que exige dos pesquisadores aborda-los e relaciona-los com cautela, ao contexto histórico de sua produção, e mantendo-os em constante diálogo com outras fontes e referências (2015, p.12).

As pesquisas sobre eventos específicos, como guerras, eleições ou desastres naturais, frequentemente utilizam jornais para obter uma visão detalhada e contemporânea dos acontecimentos do período. Os periódicos também refletem os preconceitos e agendas políticas de seus proprietários e editores, o que exige uma leitura crítica. Assim, nem todos os acontecimentos, vozes e posicionamentos políticos de pessoas e grupos são apresentados pela imprensa, especialmente quando se trata de grupos marginalizados e opositores durante o período analisado. Como indicado por Leite:

o historiador deve em um primeiro momento, estabelecer uma postura crítica frente ao documento jornalístico. Reconhecer seus limites, problemas e historicidade, é pensar o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que o faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias (2015, p.13).

Desta forma, entende-se que os jornais são ferramentas essenciais para os historiadores, oferecendo uma riqueza de informações e perspectivas que ajudam a construir uma compreensão mais próxima do passado. Diante disso, o uso do jornal como uma das fontes principais deste trabalho se torna viável, sendo um dos pilares da composição.

Nesse sentido e em consonância com o que foi debatido no capítulo anterior, esse trabalho vai analisar a cobertura do jornal Correio da Manhã, em publicações que englobam o ano de 1970 a 1974, em investigar como o uso do futebol durante a ditadura em principal o Campeonato Nacional, era apresentado e representado nas edições do periódico, as nuances e as opiniões expressas por ele.

Antes de abordar a trajetória do jornal Correio da Manhã, é importante entender um pouco sobre a história de seu fundador, Edmundo Bittencourt. Nascido em 5 de fevereiro de 1866, ele cresceu em meio a uma família de pequenos produtores rurais. Aos quatro anos de idade, precisou mudar-se para a capital rio-grandense devido à morte de seu pai. Edmundo largou os estudos para ajudar na manutenção da casa e trabalhou com caligrafia. Isso o levou a colaborar com o jornal “A Reforma”, onde concluiu seus estudos com o apoio dos proprietários. Mais tarde, ele se mudou para São Paulo e esteve entre idas e vindas com o Rio

de Janeiro, até se estabelecer na capital federal e começar a trabalhar no escritório de advocacia de Ruy Barbosa, que desempenharia um papel importante na constituição de seu futuro jornal.

Formando-se advogado, Edmundo também esteve presente no jornal “A Imprensa” como colaborador. Durante o primeiro período de crise, por volta de 1900, ele quase comprou esse periódico, mas o negócio não se concretizou (Garzoni, 2011). No entanto, não demorou para que Edmundo fundasse seu próprio jornal em 15 de junho de 1901, adquirindo alguns espólios do antigo periódico de seu amigo Ruy Barbosa. Inicialmente, ele buscava abordar de forma diferente a ideia de estar à frente de uma gazeta de notícias:

a ideia de “fazer do jornal um órgão de colaboração” foi posta em prática. Assim, as colunas de honra do novo periódico seriam escritas pelos mais diversos colaboradores, mesmo que tivessem divergências irreconciliáveis: “desde o juriconsulto ao alto funcionário de vida inteiramente alheia às lutas partidárias; do monarquista de antiga fé inquebrantável até o republicano mais instigante e apaixonado, e, ao lado deles, o fino e puro artista”. A nova folha não se organizava, portanto, em torno dos artigos e da figura de Rui Barbosa, mas mantinha a mesma militância política (Garzoni, 2011, p.170).

Em seu início, o Correio da Manhã posicionou-se contra as oligarquias e a favor dos direitos populares. Posicionamento esse que já era conhecido pelo seu dono e que continuou em seu folhetim. Nas primeiras décadas do século XX, o periódico carioca viveu o seu auge, consolidando-se como um dos mais respeitados e lidos jornais do Brasil e uma das vozes influentes da época.

Seu corpo de funcionários incluía nomes influentes do jornalismo, política e literatura da época, a exemplo do poeta Coelho Neto, e outros como: “Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Lima Barreto, [...] Carlos Heitor Cony e Antonio Callado fizeram parte de sua equipe, além de críticos como José Lino Grünewald e Antônio Moniz Vianna.” (Assis 2009, p.4).

Seu posicionamento oposicionista, que marcou o período onde esteve à frente do Correio da Manhã o levou a vários conflitos com políticos importantes e presidentes durante a Política dos Governadores, a qual era um crítico feroz, sempre se posicionando de forma assertiva a àquilo que acreditava ser justo e leal ao bem público, um exemplo é seu posicionamento favorável à Revolta da Vacina em 1904.

A partir de 1929, Edmundo se desliga da chefia do periódico, passando-a para o seu filho, Paulo Bittencourt, o qual durante a sua estadia à frente do jornal, atualizou seu maquinário e inaugurou sua nova sede. Esse manteve o posicionamento oposicionista, sempre a favor da independência de atuação em relação ao governo, afirmando estar ao lado daquilo

que acreditava ser benéfico ao povo. Entretanto, o jornal se consolidou também por uma linha editorial altamente conservadora, de caráter elitista, além de se tornar uma voz fortemente influente na opinião pública e na política.

O jornal teve um papel crucial na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Crítico ao governo de Washington Luís, apoiou o movimento revolucionário e contribuiu para o ambiente de instabilidade que culminou na revolução. Porém, com o passar dos anos, denunciou a censura, as torturas e ações do Estado Novo e apoiou a derrubada do mesmo Vargas em 1945:

em fevereiro de 1945 Paulo publicou a entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, então redator do jornal, criticando abertamente o Estado Novo. A arrojada manobra abriu caminho para outras manifestações de oposição à ditadura de Getúlio Vargas, enfraqueceu seu regime e acabou levando à deposição do presidente poucos meses depois (Assis, 2009, p. 3-4).

Passada a Segunda Guerra Mundial, ocorre um grande movimento de mudança dentro da imprensa nacional, onde o antigo método de condução do jornal, por meio do clientelismo vai ficando obsoleto, sendo substituído por um esquema de financiamento que almejava o lucro por meio dos anúncios, como bem abordado por Lapuente:

Ele vai identificar nos anunciantes uma nova base de lucros dos jornais. Estes, por sua vez, reduzem seu preço para aumentar o número de compradores, e, assim, poder garantir a venda de um espaço do jornal para reclames, interessada obviamente em ter o maior alcance possível (2016, p.23).

O Correio da Manhã continuou sendo uma voz crítica e independente, mas com o passar dos anos, começou a enfrentar dificuldades financeiras, que se acentuaram durante a ditadura militar. A morte de Paulo Bittencourt leva a Niomar Sodré Bittencourt ao comando do periódico, a qual assume o cargo apenas dois anos depois, em 1965, após um entrave judicial com a filha do primeiro casamento de Paulo Bittencourt, Sybill Bittencourt. (Assis, 2009)

Apoiando de forma direta a saída de João Goulart, principalmente em seu editorial, que no dia 31 de março de 1964 trouxe publicações que foram marcantes, onde grifaram as “palavras balas” como “BASTA!” e disseminaram frases como “O Brasil já sofreu demais com o governo atual”, que foram de tamanho impacto dentro desse processo de ebulição política e social que acontecia no Brasil, que é considerado por muitos historiadores como um ponto culminante da oposição ao Jango¹⁸ (Capelato, 2014).

O apoio à ditadura não durou muito, diante dos primeiros excessos, como a

¹⁸ Importante citar que o Correio da Manhã não foi o único jornal que teve posição favorável ao golpe, exemplo do *Folha de São Paulo* e *O Globo* que também apoiaram o golpe civil-militar.

invasão e empastelamento de inúmeros jornais, o periódico expressou várias críticas ao regime recém surgido. Assim, começou a sofrer intervenções indiretas da ditadura, seja pela perda de anunciantes e de investimento do governo, ou mesmo pela perseguição direta a Niomar e todos os demais jornalistas que compunham o Correio da Manhã.

Em particular, o último episódio, ocorrido em 1969, foi coberto por Assis:

O jornal fica sob censura prévia durante 23 dias. Em 06 de janeiro de 1969, quando os censores se retiram da redação, os diretores preparam uma edição especial, noticiando tudo o que lhes havia sido proibido até então: a repercussão do AI-5 na imprensa estrangeira, apreensão de jornais em São Paulo, e a própria situação do Correio – a invasão da redação, os dias de censura e a prisão dos diretores. Foi publicada também uma lista com os nomes de jornalistas, intelectuais e personalidades presos desde o dia 13 de dezembro do ano anterior (Correio da Manhã, 07/01/1969, p.11). A edição é apreendida ainda na gráfica (2009, p.5).

Diante deste quadro, o jornal passou por uma gravíssima crise financeira, mantendo sua postura crítica em relação à ditadura. Isso resultou em um aumento no número de tiragens, mas não contribuiu para sua manutenção. A pressão causada pelas ações diretas e indiretas do regime, juntamente com a crise financeira, levou ao fechamento do jornal em 1974.

Esse TCC aborda principalmente a perspectiva desse jornal em relação ao Campeonato Nacional de Clubes. Vale a pena explorar de forma mais específica as dificuldades financeiras e a perseguição que a gazeta enfrentou. Além disso, a publicação teve que lidar com a intervenção direta do regime, incluindo um atentado sofrido em sua sede em 1968:

Dias antes da decretação do AI-5, em 1968, uma bomba foi jogada na sede do CM. No dia seguinte, através do editorial intitulado “O responsável”, a direção do periódico denunciou o presidente Costa e Silva como responsável pelo atentado (Correio da Manhã, 8 dez. 1968) (Capelato, 2014, p.307).

As críticas persistem e aumentam depois do ocorrido, levando a prisão de Niomar, a atuação de censores dentro da redação e várias suspensões que foram ocorrendo durante este período até a pedida de concordata, que almejava salvar financeiramente o jornal, o que acaba não sendo o suficiente:

No dia 07 de setembro do mesmo ano, é assinado um contrato entre Niomar, diretora proprietária do Correio da Manhã S/A, e Maurício Nunes de Alencar e Frederico A. Gomes da Silva, de um grupo de empresas cuja maior organização era a Cia. Metropolitana de Construções. O acordo entra em vigor no dia 13 daquele mês, devendo vencer-se dali a quatro anos e cinco meses, no dia 12 de fevereiro de 1974 (Assis, 2009, p.6).

Após a “venda”, Niomar acaba por se despedir da redação publicado um editorial

explicando todos os acontecimentos desde a invasão da redação até a concordata e a assinatura deste contrato. A nova gestão buscava aliar-se com o governo, porém sua administração se torna desastrosa levando ao aumento das dívidas obtidas pelo jornal (Assis, 2009). O jornal esteve perto de fechar e Niomar Bittencourt entrou na justiça por quebra de contrato, o que desembocou na “devolução” do jornal a Niomar, a qual não conseguiu arcar com as dívidas, e viu seu jornal se desfazendo e diminuindo a cada dia:

Esta mutilação fica palpável a partir de janeiro de 1973. O Correio da Manhã, jornal conhecido por seus inúmeros cadernos, tem na edição do dia 02, terça-feira, apenas dois: o primeiro, com 12 páginas, e o segundo, com oito, incluindo os classificados. No dia 10, quarta-feira, sua edição sai em apenas um caderno, com 16 páginas. As três edições seguintes continuam tendo um caderno, mas com menos páginas: 12. A edição de domingo do Correio, que chegou a ter sete cadernos e 101 páginas (05/05/1963), amarga, no dia 14 de janeiro de 1973, 16 páginas em apenas um caderno (Assis, 2009, p.7).

Mesmo diante deste final melancólico que o Correio da Manhã enfrentou, onde não houve uma despedida por parte do próprio editorial (Assis, 2009), este periódico é de grande importância para a história brasileira. Sua influência foi marcante em momentos cruciais e também é relevante nos estudos da imprensa nacional e da história recente.

4.2 O Correio da Manhã e as suas vozes sobre o Campeonato Nacional

A partir deste sub tópico, abordaremos o percurso do Campeonato Nacional de Clubes, principalmente durante o governo Médici, que corresponde aos anos de 1971 a 1973. Faremos uma exceção para analisar os periódicos do ano de 1970, pois encontramos algumas notícias relevantes para esta pesquisa, como o anúncio do novo certame nacional, segundo a perspectiva deste jornal.

A escolha deste folhetim como fonte principal deste estudo se deve principalmente à sua disponibilidade e acesso. Ele está disponível pública e gratuitamente nos arquivos da Hemeroteca Digital Brasileira, um acervo online e digitalizado mantido pela Biblioteca Nacional no estado do Rio de Janeiro¹⁹. Outro fator que influenciou minha escolha foi a quantidade de edições disponíveis em comparação com outros periódicos, especialmente os jornais locais, que poderiam limitar o alcance deste trabalho e seus resultados. Além disso, o fato de o Rio de Janeiro ser um dos principais centros políticos e sociais da época também

¹⁹ A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional se encontra no endereço: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>

foi relevante para minha escolha, mesmo que isso signifique uma perspectiva mais voltada ao futebol carioca em detrimento da realidade do esporte no Maranhão e no restante do Brasil.

Antes de prosseguir com a análise, vale contextualizar os acontecimentos tanto no futebol brasileiro quanto no próprio Correio da Manhã até o ano de 1970. O Brasil estava passando por um período de crescente militarização na Confederação Brasileira de Desportos após o fracasso na Copa do Mundo de 1966. Nesse contexto, existia um campeonato com caráter nacional conhecido como Taça Brasil, embora não contasse com a participação de clubes de todos os estados.

Tendo como base o Torneio Rio-São Paulo, surge o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, conhecido como “Robertão” ou Taça de Prata. Esse certame elitista, de alta competitividade e rentabilidade, levou à diminuição da importância da Taça Brasil em 1969. Assim, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), inspirada no regulamento do “Robertão”, anunciou o novo torneio nacional para 1971. Esse torneio não apenas visava melhorar o futebol de clubes, mas também prometia integrar ainda mais a nação. Além disso, contaria com apoio estatal direto por meio da Loteria Esportiva.

O Correio da Manhã, um dos principais jornais não apenas do Rio de Janeiro, mas de todo o país, enfrentava grandes dificuldades financeiras. Primeiro, pela morte de seu proprietário, Paulo Bittencourt, filho do fundador Edmundo Bittencourt. O jornal também se envolveu em uma disputa judicial que se arrastou de 1963 a 1965, quando a esposa de Paulo, Niomar Sodrê Bittencourt, assumiu a propriedade do Correio da Manhã.

A postura oposicionista do jornal (mesmo que tenha apoiado brevemente o golpe civil-militar) resultou em uma perseguição implacável. A sede do jornal sofreu ataques, ocupação e destruição após o AI nº5, e censores da polícia federal estavam constantemente presentes em sua redação. Isso levou ao pedido de recuperação judicial e à venda para outro grupo em 1969.

Dada essa situação, tanto financeira quanto política, é compreensível que o Correio da Manhã não abordasse apenas notícias de futebol em geral. Além disso, houve menor presença de editoriais relacionados ao esporte bretão, tornando necessário uma análise mais atenta para identificar as opiniões do próprio jornal sobre o futebol brasileiro na época.

Em 1973, o jornal enfrentava dificuldades, com menos espaço em seu segundo caderno para informações esportivas. Para tratar dos principais clubes participantes do certame nacional, precisou recorrer a um tipo de “resumo” de outro folhetim esportivo da época²⁰.

²⁰ O folhetim em questão, era o *Jornal dos Sports* que também era sediada no Rio de Janeiro

O resultado prévio das análises de cada noticiário esportivo revelou três vertentes muito presentes em cada edição do jornal durante o período delimitado. Essas vertentes estavam sempre presentes em meio às notícias sobre o futebol carioca, os resultados dos jogos do Campeonato Nacional e todas as polêmicas envolvendo o esporte brasileiro local e nacional, além das opiniões sobre as ações da CBD.

A primeira vertente é a crítica ao regionalismo e aos campeonatos estaduais, que perduraram por bastante tempo e continuam sendo as preferências dos clubes brasileiros. Essa preferência é apontada como uma das justificativas para a crise financeira de alguns clubes.

A segunda vertente está relacionada à necessidade de “profissionalização” do esporte e de seus gestores por meio da criação de um campeonato nacional. Acredita-se que isso aumentaria a competitividade e, conseqüentemente, melhoraria a administração das agremiações esportivas.

A terceira vertente considera o futebol como um meio de integração nacional. Esforços políticos e até mesmo da imprensa foram direcionados para incluir os clubes locais no certame nacional, alinhando-se aos planos de integração da nação. Essa ação se aproximava da harmonia promovida pelos militares, representados por figuras como Médici, Jarbas Passarinho, CDB e João Havelange.

Para facilitar a organização das informações obtidas, cada uma das vertentes será dividida em subtópicos, de modo a não atrapalhar o desenvolvimento do texto.

4.3 Regionalismo e os Campeonatos Estaduais

Nos subtópicos anteriores, especificamente no tópico “2.4”, abordamos a história do futebol brasileiro e seu desenvolvimento nos anos que antecederam a criação do Campeonato Nacional de Clubes. Discutimos os desafios enfrentados, como a profissionalização do esporte em detrimento da prática amadora, a inclusão de negros e pobres no esporte e as disputas pela hegemonia nacional entre cariocas e paulistas.

O torneio nacional não surgiu da necessidade de fortalecer os clubes e torná-los mais competitivos, mas sim como uma preparação para o torneio continental²¹ que estava surgindo. A situação do futebol brasileiro na época não favorecia a criação de um torneio inclusivo que integrasse todos os clubes do país.

As vastas distâncias continentais do Brasil eram um obstáculo para um

²¹ Torneio citado neste trabalho no Cap.2, p.41

campeonato nacional, por ser cansativo para os jogadores e oneroso para os clubes. Além disso, havia o regionalismo por parte das equipes. Quando se considerou a possibilidade de criar um campeonato nacional e torná-lo uma realidade, os torneios estaduais já estavam bem estabelecidos, estruturados e aceitos pelo público. Cada jogo atraía um grande número de espectadores. Além disso, a criação de rivalidades locais contribuiu para a manutenção dos torneios estaduais até os dias atuais

A título de comparação, o primeiro torneio nacional, a Taça Brasil, surgiu no ano de 1959. Enquanto isso, o Campeonato Carioca, que abrangia todo o estado fluminense, já contava com 53 edições, tendo sua primeira edição ocorrido em 1906. O Campeonato Paulista, outro prestigiado torneio estadual, estava em sua 57ª edição, iniciada em 1902. No contexto maranhense, o campeonato local estava na 38ª edição, com o torneio tendo começado em 1918²².

É importante mencionar que, mesmo havendo um campeonato que superava essa questão regional, o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, havia também o torneio Rio-São Paulo, que derivou desse regionalismo. Assim, lidar com esta proximidade ao “regionalismo” é, portanto, um desafio. A preferência pelos certames estaduais era maior, tornando-os mais atrativos do que os jogos entre equipes de diferentes estados ou regiões.

A defesa dos torneios estaduais se manifestava em pequenas ressalvas no folhetim, não por jornalistas esportivos ligados ao Correio da Manhã ou em editoriais, mas também por leitores da página. Em um espaço dedicado a opiniões, havia argumentos a favor da manutenção dos torneios estaduais, mesmo diante da possibilidade de extinção:

a extinção dos campeonatos regionais de futebol nos grandes centros, apontando um Campeonato Nacional (uma Taça de Prata aumentada e melhorada) como a solução de todos os problemas do futebol brasileiro. Certo ou errado? Em minha opinião, errado. Um Campeonato Nacional de Clubes sim, mas a extinção dos campeonatos regionais nunca. Mil vezes nunca! E por quê? Fácil a resposta. Perguntem a qualquer torcedor carioca, paulista, mineiro, gaúcho. Qual o mais sensacional, o mais empolgante? Um Vasco x Fluminense ou um Flamengo x São Paulo? Um Corinthians x Palmeiras ou um Santos x Botafogo? [...] Indaguem de um vascaíno o que ele mais deseja: uma vitória sobre o Flamengo lhe dando o Campeonato Carioca, que ele espera há doze anos, ou um Vasco vitorioso num Campeonato Nacional numa final com o Inter? Procurem saber e a resposta será sempre a mesma. Sempre pendente para o jogo local.

Um campeonato regional é mais sentido, mais vivido, mais sofrido que um campeonato nacional. A empolgação das torcidas é sempre maior (Correio da Manhã, 22/01/1970, p.18).

É interessante observar que essa resistência ao campeonato nacional não se

²² Diferentemente dos torneios estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, o certame maranhense teve a não disputa de quatro edições.

limitava apenas aos torcedores, mas também envolvia parte da crônica esportiva, que ainda defendia os torneios estaduais ou regionais. Um exemplo notável eram os dirigentes, cuja posição favorecia a continuidade dos campeonatos estaduais em detrimento do campeonato nacional. O folhetim relatou que a preferência pelos estaduais reduzia as datas disponíveis para o Campeonato Nacional. Em um pedido feito pelo presidente da federação paulista contra o aumento de participantes, foi mencionada a “exigüidade de tempo para sua disputa” (Correio da Manhã, 04/04/72, p.17).

Essa priorização das datas no calendário do futebol brasileiro também é abordada por Santos: “E, para a felicidade de todas as federações, os campeonatos regionais controlados por elas seriam prioritários no calendário, com suas datas até agosto, deixando o Nacional com pouco mais de três meses de duração” (2012, p.84).

Mesmo após a implantação do campeonato nacional, os estaduais ainda ocupavam muitas datas, e muitos torneios estaduais se encerravam apenas uma semana antes do início do Campeonato Nacional. Santos menciona “a maior importância dada aos Estaduais (alguns terminaram praticamente na véspera da primeira rodada do Brasileiro, outros somente terminaram já durante o Nacional)” (2012, p.89).

Essa preferência também é evidenciada no folhetim, que relata o problema ocorrido entre Internacional e Grêmio, por acusações de suborno aos clubes pequenos por parte do presidente do Internacional, pela final do Campeonato Gaúcho de 1971 entre Internacional e Grêmio: “A decisão do Campeonato Gaúcho de 1971, disputada paralelamente ao I Campeonato Nacional de Clubes” (Correio da Manhã, 22/09/71, p.21).

A preferência pelo estadual permanecia muito presente, levando até a uma movimentação da equipe do Fluminense. Eles buscavam aumentar suas rendas para maximizar os lucros. Alegavam: “Os dirigentes do clube concluíram que o Campeonato Nacional não é tão rentável assim” (Correio da Manhã, 21/10/71, p.21).

Quanto à posição do Correio da Manhã, o periódico carioca defendia o Campeonato Nacional como a grande solução para muitos problemas, que serão abordados no próximo subtópico. O jornal também expressava forte desaprovação em relação às escolhas políticas feitas pela CDB, representada por Havelange, que buscava agradar principalmente os dirigentes dos clubes. No entanto, isso acabava afetando os políticos ligados ao futebol ou que trabalhavam nas federações esportivas.

a CBD ainda não tem certeza da importância do Campeonato Nacional. Dividindo igualmente o calendário entre os decadentes campeonatos estaduais e a Taça de Prata, ela só faz demonstrar que ainda não se definiu por um Campeonato realmente nacional (Correio da Manhã, 23/12/71, p. 18).

O jornal via a criação do certame como um novo passo para a evolução do futebol brasileiro. Era necessário que ele fosse criado, considerando a prioridade por parte dos clubes e da CBD. Nesse contexto, os torneios estaduais deveriam ter sua importância diminuída em prol de um torneio muito mais atrativo.

Se o Campeonato Nacional não viesse logo, os campeonatos regionais estariam definitivamente destinados ao fracasso. Agora, eles não mais precisarão ser alongados ao extremo, com turnos, retornos e terceiros turnos: ficarão limitados à sua única função, ou seja, fundamentalmente preparatória para o Campeonato Nacional em suas duas divisões (Correio da Manhã 05/02/71, p.26).

A prioridade ao certame nacional não estava apenas na imprensa esportiva a exemplo da *Revista Placar* e o *Jornal de Sports* do Rio de Janeiro, essas que tinham por diferença, serem direcionadas diretamente apenas ao âmbito esportivo, ao contrário do Correio da Manhã, mas também era apoiada pelo folhetim fluminense.

Alguns dirigentes (que podemos considerar exceções em certo ponto) também apoiavam a diminuição ou, em casos extremos, o fim dos estaduais. Isso também foi noticiado pelo jornal. Um exemplo é Luis Renato de Parva Lima, presidente do Clube de Regatas do Brasil (CRB) do estado de Alagoas, que deu boas sugestões à CBD para realização a médio prazo: ampliar o tamanho do campeonato nacional para incluir todos os estados da federação e acabar com as competições dos campeonatos regionais (Correio da Manhã, 26/12/72, p.7).

Os motivos que levaram ao apoio à criação do torneio incluíam a “profissionalização” da administração do futebol, a melhoria da qualidade técnica e tática dos times brasileiros e o aumento dos lucros por parte das equipes. Esses temas serão discutidos de forma mais ampla no próximo subtópico.

4.4 Profissionalização da administração dos clubes

A profissionalização do esporte brasileiro foi uma questão intensamente discutida ainda no início do século XX, culminando com o ato de Getúlio Vargas que tornou o futebol um esporte profissional e regulamentado. Isso possibilitou maior inclusão de negros no esporte e permitiu aos clubes segurarem seus principais jogadores, que vinham sendo assediados por equipes estrangeiras.

Entretanto, a forma como as equipes de futebol eram administradas sempre esteve sob questionamento da crônica esportiva, principalmente devido ao amadorismo com que os clubes eram geridos. O modelo “paternalista” de gestão, sem remuneração, aliado à paixão

pelo clube, resultou em figuras conhecidas como “cartolas”²³. Alguns desses cartolas chegaram a almejar grande reconhecimento público e até cargos políticos.

Essa maneira de conduzir os clubes culminou, por consequência, em uma crise financeira que afetou inúmeros clubes de futebol no Brasil na década de 1970. Nesse contexto, analisaremos as opiniões e críticas apresentadas pelo Correio da Manhã e pela crônica esportiva como um todo a este amadorismo.

A criação de um torneio de alcance nacional, não tinha apenas, pela visão da imprensa esportiva, a solução para melhorar ainda mais a competitividade do futebol brasileiro, mas também, condições de permitir que os dirigentes se tornassem “profissionais”, para conduzir os clubes sem decisões e ações amadoras.

Um campeonato nacional revelou-se um obstáculo para os cartolas, nesse sentido, o folhetim opinava que o campeonato nacional necessita de uma assistência técnica mais qualificada para garantir o seu sucesso. Isso requer profissionais especializados em todos os aspectos. “O cartola, em essência, é um amador. E o amador, todos sabem, faz tudo por uma salva de palmas, por um nome e um cliché no jornal. Com a implantação natural do campeonato nacional, o profissionalismo daria um salto” (Correio da Manhã, 15/10/70, p.2).

A assertiva contra os cartolas ainda continua dentro de outras edições do jornal, em que se construíam críticas a outras questões no futebol, como a qualidade técnica dos jogos, os preços dos ingressos, quantidade de jogos em pouco tempo, e da qualidade dos campos de futebol, porém sempre havia certa “indireta” aos cartolas e a exaltação ao certame nacional como a principal solução para o fim do amadorismo. Numa edição, dizia-se que o futebol estava a ser explorado em benefício próprio por estes dirigentes, em que a solução para acabar com o amadorismo estava quase completa, com o campeonato nacional (Correio da Manhã, 01/01/71, p.6).

Essas críticas aos cartolas, em alguns momentos vão diminuindo, em outras aumentando, mas sempre fazendo as suas ressalvas aos dirigentes amadores e suas ações e o prejuízo que elas causam ao futebol. Uma das ponderações feitas, aconteceu na mudança de regulamento no brasileiro de 1971, que é tratado como uma “virada de mesa”, prejudicando não apenas o andamento do Nacional, mas a confiança dos torcedores na credibilidade do torneio (Correio da Manhã, 19/08/71, p.17).

²³ O termo designado para os dirigentes de clubes de futebol, ainda no seu início, quando o esporte era aristocrático, referia-se a um tempo em que os uniformes dos jogadores incluíam até gravata, e alguns dirigentes usavam cartola. Com o passar do tempo, esse termo ganhou um significado pejorativo, classificando esses dirigentes como pessoas que estavam à frente do clube apenas para benefício próprio.

Um resultado dos esforços daqueles que estão no futebol, incluindo os meios de comunicação desportivos, será um aumento nos lucros e receitas dos clubes. O futebol neste período, não tinha a obtenção de renda de forma tão massiva como nos dias atuais, seja com o direito de imagens, altas premiações, contratos de patrocínios milionários e direito de transmissão que tornam mais fácil a entrada de dinheiro aos clubes, sem citar as Sociedades Anônimas de Futebol (SAF), que permitem que as equipes consigam muito mais investimento.

No futebol menos lucrativo, a maior fonte de renda dos clubes brasileiros na década de 1970 estava relacionada às bilheterias dos jogos e às excursões ao exterior. Com os campeonatos estaduais enfrentando dificuldades financeiras, o Campeonato Nacional se destacava com jogos de grande apelo, incluindo clássicos estaduais e confrontos entre grandes clubes de diferentes estados.

Em uma de suas edições, o jornal noticiou os resultados de uma jornada científica sobre esportes realizada em Porto Alegre. A conclusão foi clara: a criação do Campeonato Nacional seria a solução para a “salvação econômico-financeira do futebol brasileiro” (Correio da Manhã, 23/01/71, p.19).

O torneio proposto seguiria um regulamento semelhante ao extinto Robertão, um dos itens do antigo regulamento que continuou no Nacional foi a classificação baseada na maior renda da venda dos ingressos. Essa abordagem gerou polêmica na época. Além disso, os clubes participantes da edição de 1971 não apenas se preocupavam com o desempenho em campo, mas também com o desempenho da torcida nas arquibancadas. A imprensa criticou a pontuação baseada na presença de público, especialmente diante das três mudanças de regulamento durante o campeonato (Santos, 2012).

A preocupação com esse aspecto levou a uma prática sistemática de compra de renda, na qual os clubes adquiriam ou intermediavam a compra de ingressos para inflar o número de presentes no estádio. As denúncias crescentes resultaram em uma reunião que encerrou esse critério, provocando a indignação dos colunistas do jornal, que acusaram Passos e Havelange de “desmoralizar o futebol brasileiro” em nome da moral (Correio da Manhã, 10/09/71, p.20).

O que era visto como a salvação, com o crescimento da competição, acaba se tornando, para os dirigentes, a principal causa de prejuízos dos clubes brasileiros, em justificativa das repartições de renda que não propiciavam ganho para as equipes:

A insatisfação não estava restrita apenas aos dirigentes cariocas. Ainda encarado como uma maratona futebolística desgastante, o Campeonato Nacional era tido

como um dos grandes responsáveis pelas dívidas dos grandes clubes brasileiros. Os descontos na renda que beneficiavam as federações locais, o INPS, as associações de cronistas esportivos e até mesmo a associação de escoteiros (nos jogos realizados no Rio de Janeiro) garantiam receitas para diversas instituições, fazendo do futebol um poderoso provedor, enquanto os clubes amargavam prejuízos principalmente em jogos de menor expressão (Santos, 2012, p.126).

O que chama atenção é que o folhetim, em sua seção de esporte, já por volta de 1972, dava ponderações sobre a organização do campeonato e suas consequências para a renda dos times de futebol. Primeiramente, alertava que a distribuição de jogos poderia ocasionar esvaziamento de público e queda técnica (Correio da Manhã, 02/08/72, p.9).

Havia no regulamento do torneio de 1972 uma regra que eliminava a federação que não conseguisse alcançar a média de 80 mil cruzeiros do Nacional seguinte. Diante do pouco público e baixa renda, o colunista do Correio da Manhã questionava como o campeonato continuaria, pois, muitos estados, principalmente do Norte e Centro-Oeste, seriam prejudicados. Ele apontava a péssima tabela de jogos e o déficit técnico como responsáveis por essa problemática. (Correio da Manhã, 13/09/72, p.8)

Mesmo que de forma imediata, o Campeonato Nacional de Clubes dava sinais de que não seria a tão esperada solução da crônica esportiva para acabar com o amadorismo dos dirigentes, e salvar os clubes economicamente, o que acabou não acontecendo. Entretanto, esses eram argumentos bem aparentes em cada edição de esportes do jornal.

A grande questão apresentada tanto pelo governo civil-militar quanto pela CBD, representada por João Havelange, que esteve presente de forma muito volumosa dentro das notícias publicadas pelo periódico fluminense, era que talvez o campeonato não fosse a solução direta para a desejada integração, mas sim um caminho para alcançar a integração da nação por meio do futebol.

4.5 Futebol como meio da Integração

A historiografia do período, tem apresentado um grande avanço em relação aos estudos do projeto de integração nacional encabeçado por Emílio Médici (1969-1974). Os trabalhos que tratam do tema futebol e a integração nacional, mesmo que não existam de forma volumosa, têm um número considerável. A posição de muitos historiadores²⁴, indica que o Futebol durante a ditadura civil-militar brasileira é um dos objetivos utilizados para

²⁴ Os historiadores que defendem essa tese são: Hilário Franco Junior, Miguel Enrique Almeida Stédile, Anibal Renan Martinot Chaim, Marcos Guterman, Patrícia Volk Schatz, Euclides de Freitas Couto, João Fernando Pelho Ferreira, José Paulo Florenzano, Gerson Wasen Fraga, Lívia Gonçalves Magalhães, Ernesto Sobocinski Marczal, Daniel Aarão Reis, Karoline Soria Ribeiro, Marco Antônio Bettine Almeida, Daniel de Araujo dos Santos e etc.

alcançar o que buscam como a ideia de uma nação unida e que estava em pleno progresso, sendo o futebol a grande representação deste momento.

Como foi abordado no Cap.1 sobre a trajetória do futebol durante toda a ditadura civil-militar brasileira, fica claro que o futebol em dois de seus maiores expoentes no país, a Seleção Brasileira, e os clubes de futebol estiveram sobre influência dos militares. A Copa do Mundo de 1970 foi o momento de maior êxito do governo civil-militar nos esportes, o Campeonato Nacional de Clubes, sendo criado para atender a um desejo da ditadura de ocupar o espaço vital brasileiro, por intermédio dos clubes de futebol e trazer uma sensação de proximidade e semelhança entre a população.

Para o Correio da Manhã, a expansão do certame era algo positivo, até mesmo necessário, em certas ocasiões, deixava claro que as ações feitas para o Campeonato, como adição de clubes, eram em prol da integração. Em que o Correio da Manhã sempre trouxe discursos afirmativos e positivos para está política, porém o jornal também demonstrava outras situações que são explicadas pelos historiadores como a acreção de clubes por intermédio de dirigentes e políticos locais e a construção de estádio por todo território, que seria um requisito de participação do torneio.

Primeiramente, sobre a demonstração explícita do Campeonato Nacional, como uma via de acesso para a integração nacional e do processo de construção dos estádios a partir do financiamento estatal. Os esforços locais dos clubes para participar do certame nacional, que passavam pela ação de políticos, como governadores e deputados, e também dos demais clubes ajudando até seus rivais, em benefício da representação do estado neste certame, são constatados nesse folhetim.

Essa colaboração, a princípio acontecia apenas com o empréstimo de jogadores, seja os melhores da equipe ou aqueles que poderiam chegar para atender as necessidades do elenco do time. A ação política acontecia tanto a intermediação para participar do campeonato nacional, ou mesmo nas transferências de jogadores, em que alguns deputados participavam ou intercediam nessas transferências.

No ano de 1972, quando foi acertado o aumento de participantes dos clubes de futebol, um dos principais títulos da seção de esporte, trazia a manchete “Integração Nacional é a Realidade no Futebol”, estabelecendo o caminho da integração como um dos “princípios” do Campeonato Nacional. Interessante citar a fala de João Havelange em que ele diz: "Vamos dar a nossa contribuição, com o futebol, ao plano de integração nacional do Presidente Médici". (João Havelange, presidente da CBD) (Correio da Manhã, 27/07/72, p.7).

No início do Campeonato Nacional de Clubes em 1972, novamente o periódico,

em sua seção esportiva estampa em seu título a frase “Integração é realidade do futebol” abordando a participação de clubes de 13 estados diferentes, vendo positivamente essa expansão. (Correio da Manhã, 09/09/72, p.1)

Até mesmo uma estrutura de transmissão de dados, de nome Telex²⁵, que era controlado pelo Departamento de Serviços Telegráficos da ECT foi ampliado para facilitar o acesso à informação a difusão da imprensa esportiva, sendo um suporte ao Campeonato Nacional e também estando a serviço da integração (Correio da Manhã, 04/08/72 p.23).

A utilização do futebol, principalmente do Campeonato Nacional de Clubes não foi algo desenhado para ser oculto, feito de forma sorrateira, pois o crescimento do torneio era de cunho político, um objetivo claro e manifesto de todos os envolvidos. A política entrava em jogo e se manteria em campo por muito tempo, e as folhas do Correio da Manhã iriam fazer a cobertura disso, muito pelas consequências que a ação política teria para o futebol.

Essas consequências, geraram algumas ações que são amplamente relatadas na historiografia e outras que podemos considerar com exceções ou peculiares. De início, houve a movimentação intensa de clubes para participarem do torneio nacional, em idas e vindas à CBD para negociar essas vagas, existindo inúmeros exemplos que são noticiados.

Primeiro, com a construção de estádios, que seriam um dos critérios para a adição de clubes no Campeonato Nacional de 1974. Durante a visita de Médici ao Piauí, no ano de 1973, o Governador Alberto Silva se comprometeu a direcionar esforços para conclusão das obras do Estádio “Albertão” para que o estado tivesse finalmente um representante (Correio da Manhã, 31/01/73, p.2).

O estado de Goiás, já na temporada de 1971, se organizava, com o governador e o presidente da federação goiana de futebol, para entrar no certame nacional. Ambos se juntaram, fomentando um documento para apresentar as motivações que permitiriam a entrada de um clube goiano no torneio da CBD, entregue diretamente a Havelange (Correio da Manhã, 18/03/71, p.20).

Os clubes que não conseguiam convencer a CBD e o ministro Jarbas Passarinho de participar do certame nacional, ainda continuariam tentando manter seus esforços para entrar no torneio do ano seguinte. Casos como do Treze Futebol Clube da Paraíba, Villa Nova de Minas Gerais e o Rio Branco Atlético Clube do Espírito Santo que se movimentavam para tentar a vaga no certame de 1974 (Correio da Manhã, 08/11/73; 09/11/73, p.8).

Em alguns casos, os clubes até organizavam torneios paralelos para ocupar o

²⁵ É um sistema internacional de comunicações escritas que consiste em um esquema de endereçamento numérico através do qual um único terminal pode enviar mensagens escritas para qualquer outro terminal.

calendário, por causa da exclusão destes no campeonato nacional de clubes, exemplo conhecido do Torneio da Integração Nacional organizado pela Federação Goianiense de Futebol em conjunto com os clubes de estados como Amazonas, Maranhão, Espírito Santo e de estados que tinham representantes no Nacional como Minas Gerais e São Paulo. Este torneio acabou contando com a cobertura do Correio da Manhã que noticiava alguns fatos importantes dos jogos e o apoio da CBD (Correio da Manhã, 15/09/71 p.18).

Há também um exemplo maranhense, o Sampaio Corrêa. No ano de 1974, foi escolhido como a equipe representante do estado no torneio e receberia o apoio do governo do estado para evitar a repetição do desempenho ruim do rival, Moto Club em 1973 (Correio da Manhã, 15/02/74, p.7).

A procura pela vaga no torneio, se baseava na possibilidade do futebol ser um instrumento político local, seja pela cidade ou estado. Permitia que pudesse se construir um curral político, sua continuidade no poder e a aceitação popular, pelo lado dos dirigentes de futebol, também havia a possibilidade de ascender politicamente.

A participação de políticos dentro do futebol não se limitava aos bastidores e gerências para que as equipes locais tivessem a oportunidade de participar do campeonato. Os políticos, principalmente os deputados, sempre estavam presentes nas notícias ou eram o motivo da notícia, dando suas opiniões sobre o esporte ou até mesmo buscando intervir no funcionamento dos times, como nas transferências, que foi citado anteriormente e na ação dos cartolas, que alguns deputados poderiam considerar prejudiciais ou imorais.

A exemplo do que aconteceu com a polêmica da compra irregular de ingressos para aumento de renda no Campeonato Nacional de 1971. O Secretário Geral da ARENA, Dep. Arnaldo Prieto do Rio Grande do Sul, entraria em contato com o ministro Jarbas Passarinho para que fosse tomado providências diante das denúncias de irregularidades (Correio da Manhã, 09/09/71, p.1).

Ainda sobre essa controvérsia em torno da alteração do regulamento por causa da irregularidade das rendas dos clubes, o Senador Franco Montoro de São Paulo, fez duras críticas e pediu a transferência da CBD e do Conselho Nacional de Desportos do Rio de Janeiro para Brasília, diminuindo a influência dos clubes e da federação carioca (Correio da Manhã, 15/09/71, p.18). Importante citar o detalhe de que este senador fazia parte da oposição consentida do MDB, o que demonstra que o futebol não era um interesse político apenas da ARENA.

A notícia que mais nos chamou a atenção, também está relacionada a polêmica da renda. O deputado Fábio Fonseca, do estado de Minas Gerais filiado ao MDB, defendia não

apenas uma intervenção da CBD, mas que a intervenção viesse pautada na doutrina de Segurança Nacional, pois sabia que o futebol tinha um potencial controle social (Correio da Manhã, 17/09/71, p.19).

Ocorre também outras situações onde os políticos interferiam no futebol de clubes diretamente, como o caso que envolveu a contratação do meio-campista Dirceu Lopes para o Vasco da Gama. Nessa, o vice-governador Erasmo Martins Pedro, do Rio de Janeiro, surge para mediar e finalizar a contratação (Correio da Manhã, 01/09/72, p.4).

Outro exemplo é o intermédio do Governador do Paraná, Haroldo Peres, para que o atacante Zé Roberto, pertencente à equipe do São Paulo, que era comandada pelo Governador de São Paulo, Léo Natel, ambos da ARENA. O pedido era de que o jogador tivesse seu empréstimo renovado com o clube paranaense, desejo este que foi atendido (Correio da Manhã, 21/07/71, p.19).

Os esforços não ficavam apenas restritos ao empenho dos dirigentes e políticos, havia também uma dedicação por parte dos próprios clubes e até mesmo da imprensa. Prova que o empenho de participar do torneio nacional conseguiu englobar outras camadas, além do espaço político e dos cartolas.

Alguns estados, principalmente do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, só contavam com a escolha de um clube, o que gerava grande disputa dos principais clubes locais pela vaga. Porém, com a definição do escolhido, muitos clubes, inclusive rivais, sediam jogadores para reforçar o representante, como ocorre no estado do Ceará, em que o Fortaleza disponibiliza todo seu plantel de jogadores para o seu arquirrival, o Ceará (Correio da Manhã, 28/07/71, p.19).

Situação semelhante ocorreu também no Maranhão, no ano de 1973. Sampaio Corrêa e Moto Club decidem a vaga para representar o seu estado, o clube que seria o vencedor em uma melhor de quatro partidas, receberia jogadores emprestando do time perdedor (Correio da Manhã, 04/05/73, p.8).

Uma circunstância mais peculiar foi protagonizada pelo próprio Correio da Manhã ao fazer campanha para a entrada de um clube no certame nacional de 1971, no caso, o Olaria Atlético Clube do Rio de Janeiro.

A vigente regra da arrecadação de rendas, que influenciou na classificação dos clubes cariocas para o Campeonato Nacional de 1971. E mesmo com a excelente campanha da equipe, ela não conseguiria se classificar para nacional, sendo um dos caminhos, a vaga pelo critério de arrecadação, o Correio da Manhã decide “comprar” essa briga e iniciar campanha em sua seção esportiva

O bom futebol apresentado pela equipe carioca, chamou atenção tanto do periódico analisado, e do jornal *Última Hora*, que levou o início uma campanha pelo aumento do público presente, concedendo pelo critério de rendas, a certeza da adição ao Nacional, já que pela classificação, o clube estava bem posicionado (Correio da Manhã, 11/06/71, p.16).

O folhetim manteve em sua seção esportiva durante vários dias a campanha, buscando encontrar apoiadores, tanto na crônica esportiva quanto em jogadores e políticos. O auge dessa campanha chega quando a rede varejista Ponto Frio comprou 800 mil ingressos em partida diante do Flamengo (Correio da Manhã, 26/06/71, p.20).

A campanha acabou não sendo efetiva, alguns dias depois, é divulgada a lista de participantes para o Campeonato Nacional de Clubes de 1971, sem Olaria, o que o jornal considerou não ser surpresa, pois os clubes escolhidos, eram os mais rentáveis economicamente (Correio da Manhã, 15/07/71, p.19).

A preferência pelo America Football Club, do Rio de Janeiro, pela maior tradição e grande torcida, que no campeonato nacional com algumas regras advindas do “Robertão”, exemplo da renda, tornam a escolha explicativa

A meta de integrar a nação com o uso do futebol, era claro, evidente, e que envolvia atores além dos conhecidos historicamente. Que a participação no Nacional não envolvia apenas os clubes, seus dirigentes e certos políticos, mas até mesmo as demais equipes de uma localidade e a imprensa.

Assim, pela ótica do Correio da Manhã, o futebol acabou a certo ponto, atingido os objetivos, de forma superficial, estabelecidos pelos militares. Em determinadas regiões, caso do Nordeste, aconteciam campanhas em prol de uma boa representação no torneio, não apenas dos times que estamparam a bandeira de seu estado, mas também, pelos demais que foram preteridos.

O periódico não apenas apresentou essa relação de forma aproximada em cada edição publicada, e mesmo diante de sempre se posicionar contra, e mantinha essa posição no futebol. Ela foi muito favorável a esse nacional, a seu crescimento e expansão, até mesmo em detrimento de outros torneios, como os estaduais.

O Correio da Manhã via na criação do Nacional, e seu crescimento, a solução para muitos dos problemas do futebol brasileiro, e seu apoio fica bastante claro e evidente. O surgimento do certame como forma de buscar a integração também está presente no jornal, visto como positivo e necessário para a evolução do futebol brasileiro.

A capacidade que o futebol tinha de adentrar a várias camadas sociais fez com que a classe política sempre se aproveitasse desse esporte para obter apoio popular. Também é

perceptível que as relações entre políticos e o futebol na ditadura civil-militar eram muito mais profundas e habituais do que é de conhecimento.

Na pequena instância, onde os dirigentes de clubes e até jogadores se aproveitavam de seu prestígio para entrar na política. Em média instância, a qual o periódico demonstra os deputados que opinavam e intermediavam dentro das equipes e federações, para toda e qualquer situação.

Na alta instância, ações da própria CBD, pela pessoa de João Havelange junto do Ministro da Educação Jarbas Passarinho e em alguns momentos, do próprio presidente Emílio Médici, em que o Correio da Manhã apresenta as ações deliberadas pela integração, a caso da própria Loteria Esportiva. No maior e menor grau, de forma orquestrada ou não, o periódico comprova que o futebol sempre esteve em pauta pela ditadura, e que o campeonato nacional surgia como mais um plano político dos militares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol sempre foi e, na nossa realidade atual, continuará sendo o desporto preferido de grande parte da população, estando intrinsecamente ligado à nossa cultura e sociedade. Ele é uma das representações mais evidentes do brasileiro e, em alguns momentos, assume o papel de maior símbolo da identidade nacional, algo difícil de mudar.

Observando essa relação, percebemos que o esporte está entrelaçado em todas as esferas da sociedade, independentemente de cor, classe ou gênero. É impossível separá-lo da política, pois ele desempenha um papel prático em nossas vidas em todos os estágios, em maior ou menor grau.

Apesar de uma tendência recente de tentar dissociar o futebol da nossa realidade, ele continua refletindo as tensões sociais. A relação entre política e futebol, tanto na história mundial quanto na brasileira, oferece inúmeras páginas interessantes para entender o passado e o presente. Essa área da historiografia possui potencial acadêmico a ser explorado.

A bola no meio do campo sempre mexeu com as emoções dos milhões de apaixonados e não passaria despercebida por aqueles que desejam controlar a sociedade. Em um contexto de alta censura e repressão, qualquer oportunidade de simbolizar uma imagem positiva e progressista era bem-vinda. O futebol, como esporte popular e aclamado, não escapou dessa influência.

Ao abordarmos a ditadura civil-militar no primeiro capítulo, percebemos como o caminho do futebol e da política se entrelaçaram. Algumas vezes, isso significava desfazer estruturas existentes, como a entrada de negros na prática esportiva. Em outros momentos, reforça essas estruturas, como das grandes equipes do Sudeste Brasileiro, a Taça Brasil e o primeiro Campeonato Nacional.

No segundo capítulo, investigamos a relação entre futebol e política dentro do Campeonato Nacional por meio de fontes como jornais. Essa abordagem nos permitiu observar não apenas as relações políticas dentro das seções esportivas, mas também aprofundar nossa compreensão das consequências dessa interação.

As ações envolvendo federações, clubes, equipes rivais e até mesmo a imprensa demonstram como o futebol servia como trampolim para a política. Os jornais relataram as movimentações dos políticos e suas opiniões sobre os acontecimentos no futebol brasileiro.

Quando necessário, a classe política atuava dentro do futebol, indo muito além do papel inicialmente determinado para um político. Essas situações expressam que o esporte bretão era de grande interesse tanto para o governo quanto para a oposição, bem como para

todos aqueles que viam no futebol um atalho para alcançar seus objetivos.

Nesta pesquisa, pude concluir que o projeto de Integração Nacional por meio do futebol era um plano que inicialmente teve sucesso no ponto de vista dos militares, mesmo diante das falhas no regulamento e polêmicas dos bastidores, usar o esporte como forma de unir e aproximar regiões e pessoas por baixo de um propósito, foi efetivo, mesmo que a curto prazo. Todo ato que fora planejado, esteve evidente e os objetivos bem definidos, o que o folhetim carioca também deixou explícito em muito em suas edições, seja em uma pequena reportagem ou mesmo na manchete do caderno de esportes.

Não se atendo a noticiar os fatos que vinham acontecendo no futebol brasileiro, o Correio da Manhã demonstrava a sua clara aprovação ao plano de integração, considerando um caminho sem volta e o progresso necessário para a profissionalização dos dirigentes e o fortalecimento do futebol nacional. Suas críticas sempre se direcionaram aos cartolas e aos dirigentes que organizavam o torneio, porém, sem que essas críticas chegassem ao próprio plano.

Desta forma, abordar esse tema foi essencial. Primeiro, porque ampliou meu próprio horizonte de conhecimento. Trata-se de uma questão sensível em nossa sociedade, que está sendo trazida à tona, especialmente com a onda revisionista que tem ocorrido. A interligação entre dois tópicos aparentemente distantes no senso comum, mas que revelam várias vertentes quando investigados, foi gratificante e facilitou o processo de construção desta monografia.

A temática que envolve o futebol durante a ditadura militar e seu uso político, especialmente no governo Médici, ainda é pouco abordada e aprofundada pela história, principalmente no contexto do campeonato nacional. A escassez de fontes historiográficas sobre esse tópico representa um desafio, mas também uma oportunidade para ampliar as possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

FONTES

AJUDA AO INIMIGO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1971. 1º Caderno, p. 19.

CAMPEONATO Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1971. 1º Caderno, p. 20.

CAMPEONATO Nacional de 72: mais times e menos tempo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 dez. 1971. 1º Caderno, p. 18.

COELHO, Vinicius. Integração nacional é realidade no futebol. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 jul. 1972. Anexo, p. 7.

EXPRESSAS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 set. 1972. 1º Caderno, p. 4.

E os cartolas continuam virando a mesa. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1971. 1º Caderno, p. 17.

FUTEBOL. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 set. 1971. 1º Caderno, p. 1.

FLU defende tese de que o Nacional não dá lucro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 out. 1971. 1º Caderno, p. 21.

FINALMENTE, o Campeonato Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 5 fev. 1971. Anexo, p. 12.

FUTEBOL, preocupação dos nossos cientistas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1971. Anexo, p. 13.

GRITA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 set. 1971. 1º Caderno, p. 19.

GRÊMIO Tumultua. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 set. 1971. 1º Caderno, p. 21.

GUEDES, Márcio. BJ bola em jogo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1972. Anexo, p. 8.

GUEDES, Márcio. BJ bola em jogo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 set. 1972. Anexo, p. 8.

INTEGRAÇÃO é realidade no futebol. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 set. 1972. Anexo, p. 1.

JOÃO e Antônio restauram a moral. Mas que moral?. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 set. 1971. 1º Caderno, p. 20.

KUPFER, José Paulo. Omissão necessária. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 out. 1970. 1º Caderno, p. 2.

MÉDICI irá ao Piauí. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1973. p. 2.

MURCE, Ataliba. Futebol é Paixão. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1970. Jornal de Serviço, p. 18.

MELHOR DE QUATRO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 mai. 1973. p. 8.

O joguinho político. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 jan. 1971. Anexo, p. 6.

O NACIONAL não vai mesmo ter o Olaria. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1971. 1º Caderno, p. 19

PAULISTAS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1972. 1º Caderno, p. 17.

QUEREMOS o Olaria na Taça de Prata. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1971. 1º Caderno, p. 16.

REDE de telex cobrirá o Campeonato Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 ago. 1972. Anexo, p. 7.

RIO Branco. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1973. p. 8.

SUGESTÕES. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 dez. 1972. Anexo, p. 7.

SAMPAIO Corrêa aluga nova casa para concentrar. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1974. p. 7.

TORNEIO Integração. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 set. 1971. 1º Caderno, p. 19.

TANTO fizeram que vamos ficar sem a CBD e o CND. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 set. 1971. 1º Caderno, p. 18.

TREZE. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 nov. 1973. p. 8.

VILA Nova. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 nov. 1973. p. 8.

VENCEU o futebol: o Olaria está na Taça. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 jun. 1971. 1º Caderno, p. 20.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Carolina Silva De. **O Correio da Manhã no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-1970**. Rio de Janeiro: Intercom, 2009.

BARROS, José D'assunção. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas**: – uma síntese

metodológica. Coimbra: Revista Portuguesa de História, 2021. v. 52.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2012, v.5

BRASIL. Decreto Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm Acesso em: 28 jul. 2024.

CHAIM. Aníbal Renan Martinot. **A Bola e o Chumbo: Futebol e Política nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira**. São Paulo, 163 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2014.

DUARTE, Bruno Sobroza. **Desmontando a Ditadura: o governo de Ernesto Geisel**. São Paulo: ANPUH, 2011.

FERREIRA, João Fernando Pelho. **A política do Governo Médici e a Revista Brasileira de Educação Física**. Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH - SP - Campinas, setembro, 2012.

FINO, Patrícia; HINTZE, Helio. **Jogada de Médici: o uso da loteria esportiva pelo regime militar brasileiro**. RUA, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 267–289, 2017.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Ernesto Geisel: o general da “abertura”?**. 28. ed. Vitória: Revista Ágora, 2018. 104-115 p.

FARIA, Thamires Riter de. **A Participação dos Estados Unidos no golpe de estado de 1964 no Brasil: a operação Brother Sam**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018.

GARZONI, Leric De Castro. **Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901)**. 22. ed. Rio de Janeiro: Topoi, 2011. 158-177 p. v. 12.

GUTERMAN, Marcos. **MÉDICI E O FUTEBOL: A UTILIZAÇÃO DO ESPORTE MAIS POPULAR DO BRASIL PELO GOVERNO MAIS BRUTAL DO REGIME MILITAR**. São Paulo: Projeto História, 2004. 267-279 p.

GONÇALVES, Alana Sdroievski; ALMEIDA, Barbara Terra Parra De; OLIVEIRA, Jéssica Danielle Lazzarom De. **A Comunicação Institucional do Governo Militar: A Assessoria Especial de Relações Públicas e a Revista Manchete**. Londrina: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011.

KOONINGS, Kees. **O “exército político” brasileiro: faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985**. 6. ed. Rio de Janeiro: Militares e Política, 2010.

LEAL, Lucas Ferreira Estillac; LAGE, Marcus Vinícius Costa. **Gil César Moreira de Abreu e os estádios da ditadura**. Ludopédio, São Paulo, v. 154, n. 34, 2022.

Leite, C. H. F. (2015). **TEORIA, METODOLOGIA E POSSIBILIDADES: OS JORNAIS**

COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA. *Revista Escritas*, 7(1), 03–17.
<https://doi.org/10.20873/vol7n1pp03-17>

MATIAS, Guilherme Henrique De Lima. **COPA LIBERTADORES DA AMÉRICA E UEFA CHAMPIONS LEAGUE: AS MAIORES COMPETIÇÕES CONTINENTAIS DE CLUBES GERIDAS PELA CONMEBOL E UEFA**. São Gonçalo: RIGD, 2013. v. 3.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **História e biografia: a trajetória de João Havelange (1916-2016)**. Rosário: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2016. 1129-1144 p.

MASSARANI, Diano Albernaz. **FUTEBOL E INTEGRAÇÃO NACIONAL: UM ESTUDO DA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE A NAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO MÉDICI (1969-1974)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Recorde, 2021. 1-27 p. v. 14

OLIVEIRA, Alex Fernandes De. **ORIGEM DO FUTEBOL NA INGLATERRA NO BRASIL**. 13. ed. São Paulo: Revista Brasileira de Futsal e Futebol, 2012. 170-174 p. v. 4.

OLIVEIRA, Raphael. **A Propaganda e a Publicidade no Governo Médici: muito além do ufanismo**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Carlos De; SANTOS, Gercina Maria Dos; NETO, Manoel Lemes Da Silva. **O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN) JUNTO AO PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1972/1974)**. São José dos Campos: UNIVAP, 2005. 3204-3207 p.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro. **A Ditadura Militar e o insulamento burocrático: o SNI, um estudo de caso**. 20. ed. Brasília: Em Tempos de História, 2012.

ROSA, Thiago. **Itália e a Copa de 34: uma vitória com toques de fascismo**. Ludopédio, São Paulo, v. 119, n. 24, 2019.

REIS, José Carlos, **Escola dos Annales: A inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan Uewerton. **O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945)**. 46. ed. Rio de Janeiro: Topoi, 2021. 160-181 p. v. 22.

RIBEIRO, Karoline; ALMEIDA, Marco Antonio; XAVIER, Eduardo. **O processo civilizador e a interferência política no esporte: o uso do futebol como prática de lazer durante o regime militar brasileiro**. *Revista Digital*. Buenos Aires, Año 16, N° 164, Enero de 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

STEIN, Leandro. **Ditadura: Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional**. Disponível em:
<http://trivela.uol.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-p>

lano-de-integracao-nacional/. Acesso em: 25/04/2014.

SILVA, Kelen Katia Prates; CARVALHO, Carlos Eduardo Souza De. **CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL DURANTE A ERA VARGAS: OS POLÍTICOS, OS INTELLECTUAIS E O FUTEBOL**. 1. ed. Cuiabá: Revista Outras Fronteiras, 2016. 246-254 p. v. 3.

SCHATZ, Patrícia Volk; ESPÍNDOLA, Carlos José. **JOGOS E ESTRATÉGIAS: O CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL NA DÉCADA DE 1970 E A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL**. Rio de Janeiro: Geo UERJ, 2016.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. **Futebol e política: A criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e bens culturais) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

VINCENZO, José Eduardo de. **Loteria Esportiva: Uma Paixão de Muitos**. Brasília: LGE editora, 2006.

VERMEERSCH, Paula. **Arte e Atos Institucionais**. Revista Direito GV, v. 4, p. 583-594, 2008

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. **A INAUGURAÇÃO DO "FOOT BALL" EM MARANHÃO**. 24. ed. São Luís: LECTURAS: EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTES, 2000. v. 5.